

DATA MERCANTIL

R\$ 2,00

Quinta - feira, 08 de abril de 2021 www.datamercantil.com.br

Edição Nº 276

Bolsonaro diz que reajuste no gás canalizado é 'inadmissível' e defende troca na Petrobras

presidente Jair Bolsonaro (sem partido) chamou de "inadmissível" o aumento de 39% no preço de venda do gás natural para as distribuidoras anunciado pela Petrobras nesta segunda-feira (5).

"Que contratos são esses? Que acordos foram esses? Foram feitos pensando no Brasil? [...] Não vou interferir. A imprensa vai dizer o contrário, mas pudemos mudar essa política de preço lá [na Petrobras]", afirmou.

O discurso ocorreu nesta quarta-feira (7) durante a posse do novo diretor-geral brasileiro de Itaipu, o general João Francisco Ferreira, no lugar do também general Joaquim Silva e Luna, que segue para a presidência da

Petrobras. O evento ocorreu em Foz do Iguaçu (PR).

Ao questionar o aumento do preço do gás, Bolsonaro defendeu a troca no comando da estatal, criticando os ataques que recebeu pela mudança repentina, o que abalou o mercado na ocasião. Ele ressaltou que a medida busca maior transparência e previsibilidade nos preços dos combustíveis.

"O que nós queremos é transparência. Vocês têm que saber quanto o governo federal arrecada de imposto em cada combustível e quanto os governadores arrecadam nos mesmos combustíveis. Isso é pedir muito? A previsibilidade é para vocês, consumidores", afirmou.

Ao lado do líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP), o presidente defendeu a provação do projeto de lei que muda a forma de cobrança do ICMS (imposto estadual) sobre combustíveis. Segundo ele, o objetivo é dar previsibilidade de preços aos consumidores.

A ideia é definir um valor fixo por litro, e não mais sobre a média de preços das bombas. O texto ainda estabelece que a cobrança será feita diretamente nas refinarias, e não nos postos de gasolina.

"O que queremos com isso? Cumprir uma emenda constitucional de 2001, que diz do valor do ICMS em todo o Brasil. Do ICMS da gasolina, do álcool, do diesel, do gás. [...] Estou pedindo algo de anormal ou interferindo em uma estatal? Ou estou querendo transparência?", disse Bolsonaro.





Economia



Com recorde de saques, poupança tem resultado negativo de R\$ 3,52 bilhões em março, diz BC

Página - 03

Governo arrecada R\$ 3,3 bilhões em leilão de concessão de aeroportos Página - 03



Política

Receita Federal diz que pobres não leem livros e defende aumentar tributação Página - 04 Novo diretor-geral de Itaipu toma posse em Foz do Iguaçu

Página - 04 3.8 bi

IPO's



Acabou a exuberância dos IPOs? Nessa janela na bolsa, é o que **parece** Página - 11

Dasa corta preço, sai a R\$ 58 e levanta R\$ Página - 11

No Mundo

India registra recorde de casos de covid-19



segunda onda de infecções pelo novo coronavírus na Índia continua a crescer. O país registrou recorde de 115.736 casos novos nesta quarta-feira (7), com aumento de 13 vezes em dois meses, o que aumenta a pressão para o governo ampliar sua campanha de vacinação.

O governo federal indiano pede que os estados decidam restrições regionais para controlar a disseminação do vírus, mas por enquanto se recusa a impor um lockdown nacional porque o último de 2020 devastou sua economia.

O número total de casos, desde a primeira infecção registrada na Índia pouco mais de um ano atrás, está em 12,8 milhões, o que faz dela o terceiro país mais atingido do mundo, atrás dos Estados Unidos (EUA) e do Brasil.

As mortes aumentaram em 630 – a maior cifra em quatro dias – e chegaram a 166.177, de acordo com dados do Ministério da Saúde.

O aumento diário de novos casos atingiu 100 mil duas vezes nesta semana. O único outro país a registrar

cifras como essa são os EUA.

As infecções diárias da Índia também ultrapassam o pico da primeira onda da epidemia, observada em setembro. No início de fevereiro, o país relatou 8.635 casos, uma baixa de muitos meses.

Como a segunda onda está ganhando força, as autoridades de muitos estados incluindo Maharashtra, o mais atingido - determinaram novas restrições regionais para conter o vírus, com variantes que se tornam mais infecciosas.

Taiwan ameaça derrubar drones chineses em mais um dia de tensão

m meio a mais um dia de ten-✓ são em torno de Taiwan, com caças chineses invadindo o espaço aéreo da ilha que Pequim considera sua, o governo em Taipé ameaçou derrubar drones da ditadura comunista que circulam um território seu no mar do Sul da China.

Falando ao Parlamento, o ministro Lee Chung-wei, responsável pela Guarda Costeira, afirmou que os aviões não--tripulados foram avistados em torno da ilha Pratas, 445 km a sudoeste de seu território.

A ilha, a maior do mar do Sul da China, tem também dois atóis menores próximos. É 1 dos 4 territórios de Taiwan naquelas águas que Pequim considera 85% suas, e o mais valioso: há petróleo na região.

Ela é vista como um alvo perfeito para os chineses, no caso de prepararem uma invasão de Taiwan. Há uma unidade com 500 fuzileiros navais taiwaneses no local.

Segundo Lee, os drones não invadiram o espaço aéreo da ilha, mas, se o fizerem, serão derrubados. Se isso ocorrer, a tensão que já é alta atingirá um novo nível na área.

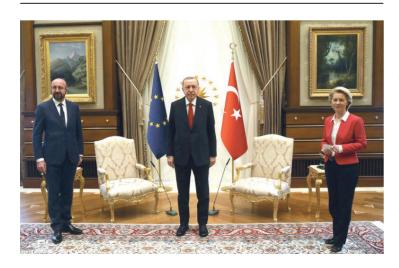
Nesta quarta (7), o Ministério da Defesa em Taipé disse que mais um grupo de caças chineses entrou sem permissão na sua Zona de Identificação de Defesa Aérea -uma fronteira na qual teoricamente toda aeronave tem de se identificar.

O mesmo havia ocorrido na segunda-feira (5), e tal frequência é rara mesmo para os padrões de provocação locais. Em ambos os casos, Taiwan enviou caças para interceptar e afastar os intrusos.

Igor Gielow/Folhapress



Presidente turco esnoba líder europeia e cria saia-justa diplomática



ma esnobada explícita presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, em reunião oficial com o presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, e o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, causou uma avalanche de protestos nesta quarta (7) na União Europeia.

Única mulher entre os líderes presentes no encontro em Ancara, Von der Leyen ficou parada no meio do salão ao descobrir que havia apenas duas poltronas -nas quais se sentaram Erdogan, ao lado da bandeira turca, e Michel, ao lado do pavilhão da UE.

Depois de abrir as mãos

e emitir um interrogativo "ãhm", ela acabou se sentando num sofá, em posição clara de escanteio em relação aos dois presidentes.

A cena irritou políticos, diplomatas e jornalistas, e o alvo foi não apenas o presidente turco -cujas posições sexistas são conhecidas- mas também o política belga, que não hesitou em deixar Von der Leyen sem posição de destaque no encontro e se omitiu sobre o fato desde então.

Em rede social, a atitude foi chamada de "vergonhosa" pela eurodeputada Iratxe García Pérez, líder do grupo Socialista e Democrata no Parlamento Europeu, de "cena obcena" por uma re-

pórter italiana e de "fiasco diplomático" por pessoas da área, que afirmaram nunca ter visto tratamento tão desigual a líderes equivalentes.

Vários temas tratados no encontro -como políticas de imigração, o único que teve um resultado concreto-são de responsabilidade da Comissão, e não do Conselho Europeu, o que justificaria que, na falta de poltronas, fosse Von der Leyen a beneficiada.

A saia-justa ocorreu depois de uma reunião de duas horas entre os três líderes, em que um dos assuntos foi a retirada da Turquia da Convenção de Istambul, sobre direitos femininos.

Ana Estela de Sousa Pinto/Folhapress

Editorial: Daniela Camargo Comercial: Tiago Albuquerque Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200 Conj. 21B - Centro - Cep.: 01013-000 Tel.:11 3337-6724 E-mail: comercial@datamercantil.com.br

08.04.21.indd 2 07/04/2021 19:49:45

Cnpj: 35.960.818/0001-30

Economia

Com recorde de saques, poupança tem Governo arrecada R\$ 3,3 resultado negativo de R\$ 3,52 bilhões em março, diz BC

s saques em caderneta de poupança superaram os depósitos em R\$ 3,52 bilhões em março, segundo relatório divulgado pelo BC (Banco Central) nesta quarta--feira (7).

Este é o terceiro resultado negativo consecutivo depois de uma sequência de números positivos após o início da pandemia de Covid-19.

Em março, os brasileiros sacaram da poupança o maior volume da série iniciada em janeiro de 1995, com R\$ 321.1 bilhões.

Embora a captação líquida (diferença entre entradas e saídas) tenha sido negativa, os depósitos também tiveram patamar elevado, no segundo maior montante da história, com R\$ 317,6 bilhões.

O recorde de entradas foi alcançado em dezembro do ano passado, com R\$ 339,8 bilhões. Naquele mês, os saques somaram R\$ 319,2 bilhões e a captação líquida ficou positiva em R\$ 20,6 bilhões.

Após a chegada do vírus ao país, em março do ano passado, a caderneta registrou valores elevados em captação líquida nos meses seguintes, em comparação ao restante da série.

Auxílio emergencial O auxílio emergencial, pago por meio de conta-poupança digital da Caixa Econômica Federal, ajudou a explicar o movimento de alta na captação ao longo de 2020. A primeira rodada do benefício

terminou em dezembro e a segunda começou a ser paga nesta terça-feira (6).

Em fevereiro, a captação líquida foi negativa em R\$ 5,8 bilhões e em janeiro, em R\$ 18,1 bilhões, pior valor da série.

O saldo, que é todo o montante investido na modalidade, mesmo com captação negativa, permaneceu superior a R\$ 1 trilhão no mês. O estoque alcançou a marca pela primeira vez na história em setembro.

No ápice da crise, em abril, a captação da poupança bateu recorde, com R\$ 30,4 bilhões. O resultado foi superado em maio, com R\$ 37,2 bilhões, o maior da série histórica até agora.

Larissa Garcia/Folhapres

Banco Central iniciou ontem (7) uma consulta pública, com o objetivo de coletar sugestões para o aprimoramento das regras de gerenciamento de riscos social, ambiental e climáticos aplicáveis ao Sistema Financeiro Nacional. A consulta ficará aberta no site da autoridade monetária pelo prazo de 60 dias.

De acordo com o BC, essa regulamentação que está sendo colocada em consulta é prudencial. Não se trata de uma regra obrigatória ou procedimental, mas algo voltado às instituições para que riscos desse tipo se estabeleçam entre os riscos que já existem e são gerenciados tradicionalmente, de forma a se defi-

governo fedearrecadou R\$ 3,3 bilhões no primeiro da série de três leilões de concessões em in-

bilhões em leilão de

concessão de aeroportos

fraestrutura que o Ministério da Infraestrutura batizou de InfraWeek. Foram leiloados três blocos com 22 aeroportos, todos eles com disputa entre interessados.

A Companhia de Participações em Concessões do grupo CCR arrematou dois dos três lotes, os da região Sul e Central, com ofertas agressivas. Ofereceu ágios de 1.534,36% e 9.156%, respeticamente. A francesa Vinci, que administra o aeroporto Charles De Gaulle, em Paris, ficou com aeroportos da região Norte.

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes, disse que o resultado positivo, principalmente em meio à pandemia, é uma vitória do presidente Jair Bolsonaro e reforça a agenda liberal do governo.

"Começamos nossa InfraWeek com o pé direito.

Diziam que a gente era louco de colocar projetos em meio à pior crise no setor aeroportuário. Faremos leilão de 28 ativos e teremos 28 sucessos. È uma grande vitória do presidente Bolsonaro", afirmou.

O valor arrecadado refere-se à parcela da outorga que será paga à vista. Os contratos preveem ainda o pagamento de outorga variável a partir do quinto ano de concessão e investimentos mínimos de R\$ 6,1 bilhões.

A CCR foi responsável pelo maior lance, de R\$ 2,1 bilhões, pelo bloco Sul, composto por nove aeroportos na região Sul do país, incluindo os de Curitiba e Foz do Iguacu, ambos no Paraná.

A oferta equivale a um ágio de 1.534,36% e ao dobro da segunda proposta, feita pela espanhola Aena, que ofereceu R\$ 1,05 bilhão. O bloco teve ainda um terceiro interessado, Infraestrutura Brasil Holding, que ofereceu R\$ 300 milhões.



BC busca regra para gerenciar risco social em instituições financeiras



nir um normativo único que inclui aspectos envolvendo questões sociais, ambientais e climáticas.

"Entendemos que o BC precisa aprimorar o que já vinha fazendo na área sustentável e também lançar a base para ações futuras. A nova dimensão da agenda institucional do BC nasceu com o objetivo de responder a mais um conjunto de transformações estruturais na economia, a emergência de novos riscos socioambientais para a autoridade monetária e a novas demandas da sociedade", explica a diretora de assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos do BC, Fernanda Nechio.

Segundo ela, eventos climáticos, por exemplo,

sempre vêm acompanhados de alterações das principais variáveis econômicas dentro do horizonte que é considerado relevante para a política monetária, o que pode acabar por implicar em riscos para o sistema financeiro.

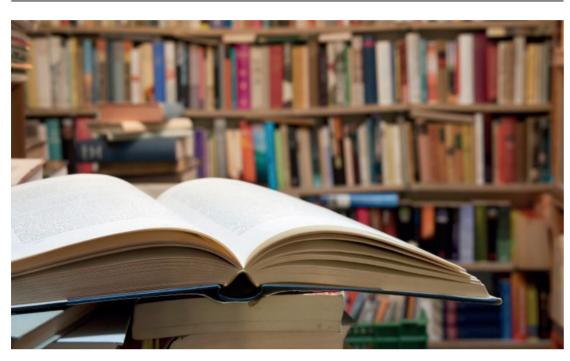
"Ouestões sociais e ambientais, bem como seus efeitos sobre entes regulados, também trazem riscos para a estabilidade do sistema financeiro nacional. Assim, para correspondermos aos nossos objetivos determinados por lei, devemos nos preparar e responder adequadamente a essas mudanças estruturais da economia, considerando riscos ambientais e climáticos em nossa economia e no sistema financeiro", argumentou.

Pedro Pedruzzi/ABR

08.04.21.indd 3 07/04/2021 19:49:45

Política

Receita Federal diz que pobres não leem livros e defende aumentar tributação



documento sobre a reforma ✓ tributária publicado esta semana, a Receita Federal afirma que pessoas mais pobres não consomem livros não-didáticos e defende que os produtos sejam tributados como forma de focalizar políticas públicas.

Na proposta de reforma enviada ao Congresso no ano passado, o governo indicava a unificação de Pis e Cofins, criando um novo tributo sobre consumo batizado de CBS, ou Contribuição sobre Bens e Serviços. A alíquota proposta é de 12%.

A venda de livros e do papel destinado à impressão é imune à cobrança de impostos, segundo determina acaba beneficiando a cama-

a Constituição –a regra não se estende às contribuições. Além disso, uma lei de 2014 concedeu isenção de Pis e Cofins sobre a receita da venda de livros e do papel usado para a fabricação desses produtos.

A proposta do governo para a CBS abre caminho para o fim dessa isenção para livros, que ficariam sujeitos à mesma alíquota de 12% que valeria para os outros setores.

Nesta semana, a Receita publicou documento com perguntas e respostas sobre a CBS. Um dos pontos explica por que o novo tributo será cobrado na venda de livros.

O Fisco usa dados do IBGE para justificar que a isenção sobre esses itens

da mais rica da população.

"De acordo com dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2019, famílias com renda de até dois salários mínimos não consomem livros não-didáticos e a maior parte desses livros é consumida pelas famílias com renda superior a dez salários mínimos", diz o documento.

De acordo com o órgão do Ministério da Economia, dada a escassez de recursos públicos, a tributação dos livros permitirá que o dinheiro arrecadado seja direcionado a políticas mais direcionadas.

A Receita argumenta ainda que não existem avaliações que afirmem que houve redução do preço dos livros depois que a isenção foi concedida.

presidente da Câmara Depudos tados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta quarta-feira (7) que vai pautar para a próxima semana a votação de urgência para o projeto de lei que altera a Lei de Segurança Nacional.

Lira participou na manhã desta quarta-feira de conferência virtual sobre a Lei de Segurança Nacional, evento promovido pelo Instituto Brasileiro de Ciência Criminalística.

Também participaram o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Luís Roberto Barroso.

Novo diretor-geral de Itaipu toma posse em Foz do Iguaçu

João Francisco Ferreira tomou posse nesta quarta-feira (7) como diretor-geral da Itaipu Binacional, empresa pública paraguaio-brasileira que gere a usina hidrelétrica de Itaipu, localizada na divisa entre os dois países, no estado do Paraná. O evento, que ocorreu na sede da empresa em Foz do Iguaçu (PR), contou com a presença do presidente Jair Bolsonaro, de ministros, parlamentares e diversas autoridades.

A nomeação de Ferreira foi publicada mais cedo no Diário Oficial da União (DOU), com previsão de mandato até 16 de maio de 2022. Ele substitui o também general Joaquim Silva e Luna, que ficou no cargo por pouco mais de dois anos e, em fevereiro, foi indicado por Bolsonaro para ser presidente da Petrobras.

"Nos últimos 10 dias, estive imerso no ambiente da Itaipu, em contato direto com o diretor-geral, com os demais diretores, assessores e assistentes, recebendo informações completas e atualizadas sobre a empresa. Esse fato caracteriza muito bem o espírito dessa transmissão de cargo, que é o de dar continuidade ao trabalho que vem sendo muito bem conduzido pela atual diretoria, baseado em planejamento, metas, prazos, acompanhamento e, principalmente, austeridade na gestão dos recursos públicos", disse o general em seu discurso de posse.

João Francisco Ferreira é natural de Santa Maria (RS), se incorporou ao Exército no ano de 1966, na Escola Preparatória de Cadetes do Exército, em Campinas (SP). E bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras, onde se formou como oficial de infantaria no ano de 1972. Atuou no Comando Militar do Oeste e se formou na mesma turma de oficiais de seu antecessor, o general Silva e Luna.



O presidente da Câmara afirmou que esta semana ainda vai ser totalmente dedicada para a apreciação de propostas relativas ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus.

terá uma pauta "mista" e, to, com toda a altivez necesnesse contexto, pretende tra- sária, com um tempo mínimo balhar com a proposta de lei que altera a Lei de Segurança Nacional, que ele prefere chamar de nova lei do Estado democrático de direito.

"Nós devemos pautar já para a próxima semana a votação da urgência desta alteração deste projeto", afirmou Lira.

A votação de urgência é uma forma de agilizar a tramitação das propostas, por-

que permite que os projetos de lei não precisem passar pelas comissões, indo diretamente para o plenário.

"A Câmara estará à disposição, pronta, para que na próxima semana a gente possa No entanto, a próxima começar a discutir esse assunpara que o legislativo produza e acomode os efeitos da lei que será aprovada no Congresso Nacional. Não tenho absoluta dúvida", afirmou.

> Lira evitou citar casos específicos, mas afirmou que existem algumas "desvirtuações" neste momento político atual, por isso é necessária a defesa da democracia e da liberdade de expressão. Folhapress

Lira quer acelerar votação de projeto que altera Lei de Segurança Nacional, usada pró e contra bolsonaristas



08 04 21 indd 4 07/04/2021 19:49:46

Fusões & Aquisições

Zee.Dog faz aquisição para

BTG Pactual compra fatia da Caixa por R\$ 3,7 bilhões e assume 100% do Banco Pan







BTG Pactual está comprando a fatia da Caixa Participações por R\$ 3,7 bilhões e está assumindo 100% do Banco Pan, informaram as duas instituições financeiras em fato relevante ao mercado nesta terça-feira, 6 de abril.

A CaixaPart detinha uma fatia de 49,2% das ações ordinárias do Pan, o equivalente a 26,8% do capital social total da instituição financeira.

O banco de André Esteves está pagando o equivalente a R\$ 11,42 por cada ação do Pan, um valor 1,6% superior ao fechamento das ações de ontem. O valor de mercado da instituição financeira é de R\$ 13,54 bilhões, uma valorização de 17,94% desde o início do ano.

Com 100% do capital votante do banco nas mãos, o BTG poderá colocar em prática seu plano de entrar com mais força na área digital, principalmente no varejo mais popular.

Em fevereiro do ano passado, o Pan lançou uma conta digital para atrair esse público de desbancarizados – um perfil bem diferente do coberto pelo BTG+, um banco digital lançado no ano passado e que atinge mais o público de alta renda.

O desafio do Banco Pan, entretanto, não é só levar o seu cliente das classes C, D e E a usar o meio digital. Em

entrevista ao NeoFeed, um executivo do mercado financeiro havia dito que "eles estão querendo capturar os clientes que hoje contratam os financiamentos de carros e motos e fazem o consignado".

"Historicamente, eles sempre foram bons nesses serviços, mas nunca conseguiram perpetuar os clientes." O nicho em que o Banco Pan atua desde que o controlador era o empresário e apresentador Silvo Santos conta com mais 120 milhões de pessoas.

Fontes de mercado afirmam que nos próximos dois meses o banco vai entrar em novas linhas de negócios e o controle na mão do BTG é fundamental para acelerar esse processo.

e olho no bom desempenho do segmento agropecuária, a MDS Brasil, corretora no segmento de seguros, resseguros, gestão de beneficios e consultoria de riscos, adquiriu a Tovese, pioneira em comercializar apólices para áreas agrícolas de grãos no Rio Grande do Sul.

Notícia publicada no jornal Valor Econômico diz que a Tovese tem mais de 14 anos no mercado e um prêmio previsto de 120 milhões em 2021 quando considerados também a atuação no seguro pessoal e empresarial para pequenas, médias e grandes empresas.

A Tovese tem sede em Porto Alegre e filiais em Carazinho e Cruz Alta, a gaúcha conta com uma estrutura

criar vertical de comida

Zee.Dog, que reinventou mercado acessórios pet, está comprando a Eleven Chimps, a maior fabricante de comida natural ('human grade') para animais domésticos — comida para cachorro, e não comida de cachorro.

A aquisição marca o início da Zee.Dog Kitchen, uma nova vertical de negócios com foco em vendas online no modelo de assinatura,

Pedro Vital Brasil, o fundador da Eleven, passa a ser sócio da Zee.Dog e vai liderar a Zee.Dog Kitchen, que deve ser lançada em agosto.

A compra está sendo paga em dinheiro e ações.

A aquisição fornece à Zee. Dog um atalho em seu desenvolvimento de produto — já que ela leva o know-how, a fábrica em Americana, o P&D e o selo de exportação da Eleven — mas a companhia dos irmãos Thadeu e Felipe Diz vai reformular comple-

tamente o produto, o modelo de negócios e a distribuição.

O mercado pet brasileiro é de R\$ 50 bilhões/ano: 60% disso é comida, mas a comida natural ainda é uma parte muito pequena porque até agora nenhum player conseguiu uma oferta de produto/ preço/marketing que fizesse a subcategoria ganhar escala.

Aproveitando o câmbio baixo, a Zee.Dog vai fabricar o produto no Brasil e vender nos EUA — tanto online quanto fechando acordos com os grandes varejistas pet. A companhia estima que conseguirá vender de 30% a 40% mais barato que os players domésticos nos EUA.

O benchmark é a Freshpet, que domina o mercado de comida natural pet nos EUA e vale US\$ 7 bi na Nasdaq. Para efeito de comparação, a maior companhia brasileira do ramo, a Petz, vale R\$ 8 bi.

A Zee.Dog Kitchen é a terceira vertical de crescimento da Zee.Dog. Brazil Journal



Corretora de seguros MDS Brasil faz grande aquisição



completa de agentes especializados em todos os estados do Brasil.

O CEO da MDS Brasil, Ariel Couto, disse que em termos qualitativos, a aquisição permitirá ampliar a atuação da MDS Brasil na região Sul, principalmente no Estado gaúcho, que contava com um escritório e uma atuação mais voltada para a gestão de benefícios.

Para Couto, além do momento ser oportuno para atuar no segmento, o seguro conta com um alto potencial de penetração no agronegócio. 'Apenas cerca de 15% das áreas plantadas contam com seguros para a safra", aponta o executivo.

Dados da Confederação Nacional da Agricultura -

CNA, o Produto Interno Bruto (PIB) do Agronegócio irá crescer 3% em 2021 (R\$ 1,8 trilhão), movimentando mais de 268 milhões de toneladas, e o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) aumentará 4,2%, superando R\$ 903 bilhões.

Thiago Tristão, vice-presidente de Riscos Corporativos da MDS Brasil e CEO Brasil da MDS Re, lembra que o seguro para o segmento rural ainda tem baixa penetração no mercado.

"Aliando a experiência da Tovese ao alcance da MDS, poderemos expandir a operação para outras regiões agrícolas do País.", disse o executivo.

GLP Y Participações Ltda.

CNPJ/ME nº 38.496.346/0001-03 – NIRE 35.236.360.620
Instrumento Particular de 1ª Alteração do Contrato Social e de Transformação Pelo presente instrumento: GLP Investimentos V Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia, constituído sob a forma de condomínio fechado, CNPJ/MR sob o número 27.368.761/0001-57, com endereço na Avenida das Nações Unidas, 14.171, 11ª andar, Torre A, Vila Gertrudes, São Paulo-SP, representado por sua co-gestora GLP Brasii Gestão de Recursos e Administração Imobiliária Ltda., sociedade limitada com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 5º Andar. conjunto 501, São Paulo-SP, CEP 04538-132, inscrita na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE 35.225.276.916, inscrita CNPJ/ME sob o nº 13.478.471/0001-51, neste ato representada por seus Diretores Mariana Ester Tonelli Ventura Milnitzky, portadora do RG nº 32.123.341-4 SSP/SP, e CPF/MF sob o nº 219.821.388-58, e Dani Ajbeszyc, portador do RG nº 18.426.539 SSP/SP e CPF/ME sob o nº 250.951.278-14, ("ElP V"); Sócio único da **GLP Y Participações** Ltda., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3,000, conjunto 501, Edificio Pedro Mariz - Amman 13, Itaim Bibi, São Paulo-SP, CNPJ/ME sob o nº 38.496.346/0001-03, com seu contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35236360620, em sessão de 17/09/2020 ("Sociedade"), decide: (i) transformar a Sociedade Paulo ("JUCESE") so o NINE 35236360620, em sessao de 17/09/2020 ("Sociedage"), decide: (i) transformar a Sociedade em sociedade por ações, sob a denominação **ELP Y Participações S.A.**, passando o capital subscrito, no valor de R\$ 1.000,00, dividido em 1.000 quotas, com valor nominal de R\$ 1.00 cada, a ser representado por 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de titularidade do acionista **GLP Investimentos V Fundo de Investimento em Participações — Mutitestratégia.** (ii) ato seguinte, emitir 30.128.837 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de subscrição total de R\$ 30.128.837,00, subscritas pelo acionista **GLP Investimentos V Fundo de Investimento** mem Participações — Multiestratégia, integralizadas da seguinte forma: (a) R\$ 128.837,00 pagos na presente data, por meio de conversão de créditos detidos pelo referido acionista contra a Companhia (AFACs) e (b) R\$ 30.000.000,00 a serem pagos em moeda corrente nacional até 31/12/2021.0 preço de emissão das ações será destinado da seguinte forma: (i) R\$ 1.000,00 à conta de capital social, de forma que o capital social da Companhia passa a ser de R\$2.000,00, representado por 30.129.837 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e (ii) R\$ 30.127.837,00 destinados à conta de reserva de capital da Companhia. Em razão das deliberações acima, o *caput* do artigo 5º do Estatuto Social terá a seguinte redação: *Artigo 5º. 0* compannia. Em razão das deliberações ácima, o capur do arrigo 5º do Estatuto Social tera a seguinte redação. Arrigo 5º do Estatuto Social tera a seguinte redação. Arrigo 5º do Estatuto Social tera a seguinte redação. Arrigo 5º do Estatuto Social que integra o presente instrumento como Anexo I. (iv) Eleger os Diretores da Sociedade, a seguir indicados, para mandato de 02 anos, a saber: (a) Mauro Oliveira Dias, portador do RG nº 28.855.146-8 DIC/RJ e CPF/ME sob o nº 820.424.547-53, para o cargo de <u>Diretor Presidente</u>; (b) Cleber Saccoman, portador do RG nº 22.142.519-6 SSP-SP e CPF/ME sob o nº 177.408.698-05, para o cargo de <u>Diretor sem designação específica</u>; (c) <u>Dani Ajbeszyc</u>, portador do RG nº 18.428.639 SSP/SP e CPF/ME sob o nº 250.951.278-14, para o cargo de <u>Diretor Presidente</u>. Financeiro: (d) Mariana Ester Tonelli Ventura Milnitzky, portadora do RG nº 32.123.341-4, para ceago de Diretora sem designação específica; e (e) Danillo de Matos Marcondes, portador do RG nº 29.557.015-5 SSP/SP, CPF/ME sob o nº 218.755.068-02, para o cargo de Diretor sem designação específica. Os Diretores, na conformidade do Estatuto Social, acolhem sua nomeação, sendo empossados mediante assinatura dos correspondentes termos de posse que se encontram arquivados na sede da Companhia. (v) Incumbir os Diretores da Sociedade de ultimar as formalidades remanescentes relativas à transformação da Sociedade e a atualização dos registros pertinentes perante os órgãos competentes. (vi) Determinar que as publicação da Sociedade, incluindo a publicação deste instrumento, deverão ser feitas no DOE-SP e no jornal *Data Mercantil.* E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento em 1 via digital. São Paulo, 08/12/2020. Acionista: GLP Investimentos V Fundo de Investimento em Participações — Multiestratégia, por GLP Brasil Gestão de Recursos e Administração Imobiliária Ltda. Dani Ajbeszye, Mariana Ester Tonelli Ventura Milnitzky, Advogado responsável: Francisco Sergio Camargo Molist Arnaus OAB/SP: 315.574. Anexo I — Estatuto Social. GLP Y Participações S.A. — CNPJ/ME nº 38.496.346/0001-03 — NIRE em transformação. Capítulo I — Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1 — A GLP Y Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima regida pelo disposito neste estatuto, pelos acordos de acionistas arquivados em sua sede social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). Artigo 2. A Companhia tem sua sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, conjunto 501, Edificio Pedro Mariz
– Birmann 31, Italim Bibl, São Paulo-SP, podendo abrir filiais, agências ou representações em qualquer localidade do Pais do exterior, mediante deliberação da Diretoria. Artigo 3. A Companhia tem por objeto: (a) o investimento e a participação em outras sociedades, empreendimentos e outras formas de associação, como sócia, acionista ou quotista; (b) promover e incorporar empreendimentos imobiliários próprios de qualquer natureza; (c) alienar, adquirir, locar e administrar imóveis próprios de qualquer natureza; (d) desenvolver e implementar estratégias de marketing relativas a empreendimentos imo proprios de qualque inauteza, (o) ueseriovire e implementa estrategias or limateriuri petavas a empresimientos limbiliários próprios; e (e) participação em outras sociedades, no Brasil ou no exterior, como sócia, quotista ou acionista, inclusive em sociedades que operem concessões rodoviárias, ferroviárias, portuárias e aeroportuárias. Artigo 4. O prazo de duração da Companhia é indeterminado. Capítulo II. Do Capítal. Artigo 5. O capital social da Companhia é R\$2.000,00, or representado por 30.129.837 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. § Unico. Todas as despesas com o desdobramento ou a substituição de títulos representativos de ações correrão por conta dos acionistas. Artigo 6. Os acionistas têm preferência para a subscirção de novas ações, na proporção das ações já possuidas anteriormente, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Artigo 7. A ação é indivisível perante a Companhia, e a cada ação corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. Artigo 8. Durante o prazo de duração da Companhia será vedada a emissão de partes beneficiárias, inexistindo, igualmente, títulos dessa espécie em circulação. Artigo 9. No caso de abertura de seu capital, a Companhia deverá aderir a segmento especial de bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balção organi zado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos neste estatuto social, notadamente aquelas mencionadas nos Artigos 8, 23, 25 e 28 deste Estatuto e, quando existente, o estabelecimento de um mandato unificado de até 02 anos para todo o conselho de administração da Companhia. Capítulo III. Das Assembleias Gerais. Artigo 10. A assembleias geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do ano social, e, extraordinariamente sempre que houver necessidade, Artigo 11. As assembleias gerais serão presididas por um acionista ou diretor escolhido na ocasião pela majoria dos acionistas presentes. Ao presidente da assembleia caberá a escolha do secretário. **Artigo 12**. Os acionistas poderão votar as matérias submetidas às assembleias: (a) pessoalmente; (b) por procurador, na forma do artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações; (c) por telefone; (d) por videoconferência; (e) por carreio; (g) por e-maril; ou (h) por qualquer outro meio legal por que se possa expressar validamente suas opiniões, desde que, nas hipóteses das alíneas (c) a (h), acima, uma cópia da ata da assembleia seja assinada indivisuas opinioes, ueste que, has injoueses das animeas (c) a (n), a dinia, unita cupia de ata de assentinera seja assinatar individualmente pelos acionistas e enviada por fac-simile ou por e-mail no mesmo dia da assembleia e o respectivo original seja posteriormente assinado por todos os acionistas que comparecerem à referida assembleia. Artigo 13. Os acionistas reunir-se-ão extraordinariamente sempre que necessário, observadas as regras da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que as seguintes matérias estarão sujeitas à aprovação dos acionistas: (a) todas as matérias determinadas na Lei das Sociedades por Ações; (b) deliberar sobre metas e diretrizes de investimento e desinvestimento da Companhia; bem como sobre as seguintes matérias estarão supera de desenventes de Companhia; bem como sobre as políticas empresariais e objetivos gerais dos respectivos investimentos pela Companhia; (c) deliberar sobre a realização de

qualquer acordo ou operação, tendo por objeto a constituição, desconstituição, substituição ou liberação de qualsquer garan-tias reais ou pessoais, pela Companhia e suas controladas, no todo ou em parte, relacionadas aos investimentos na Companhia; (d) aprovar despesas de auditorias fiscais, legais, contábeis, tendoficias e ambientais que totalizem, em conjunto e por exercício social, mais de R\$ 200.000,00; (e) exercício do direito de voto conferido por ações ou quotas detidas em outras

exercício; (k) forma de distribuição e o montante global da remuneração dos administradores da Companhia; (l) aumento e/

ou redução do capital social e da quantidade de ações de emissão da Companhia, fixando as condições de emissão e de colocação das ações; (m) aprovar a contratação de operações entre a Companhia, os acionistas diretos ou indiretos, ou entre a Companhia e pessoa física ou jurídica relacionada a qualquer desses acionistas ou, ainda, entre a Companhia e os membros

da Diretoria, do Conselho de Administração, se houver, ou empregados e outros colaboradores da Companhia; (n) a contrata-

ção ou destituição de auditores independentes da Companhia ou de controladas e subsidiárias; (o) autorizar a Companhia a

proceder à compande ações de sua própria emissão para cancelamento ou manutenção em tesouaria, observados os dispo-sitivos legais aplicáveis; (p) determinar o voto a ser proferido pela Companhia nas assembleias gerais ou reuniões de sócios das sociedades das quais a Companhia seja acionista ou sócia, bem como na instrução de voto a ser fornecida aos adminis-tradores de tais sociedades; (q) aprovar a realização de quaisquer negócios ou atividades fora do curso normal dos negócios

da Companhia; (r) adoção de medidas judiciais e extrajudiciais na defesa dos interesses da Companhia, direta ou indiretamente

1/4 do capital social com direito de voto; em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número. § 3º. Independente mente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a assembleia geral que comparecerem os acionis-tas representantes da totalidade do capital social da Companhia. § 4º. As deliberações da assembleia geral ressalvadas as exceções previstas em lei ou neste estatuto, seráo tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco. Capítulo IV. Da Administração. Artigo 14. A Companhia será administrada por uma Diretoria constituída por, no mínimo, 2 e, no máximo, 7 diretores, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela assen belied peral. Dos diretores, um será o Diretor Presidente, outro, o Diretor Financierro, e os demais não terão designação específica. Artigo 15. Os diretores terão prazo de mandato de 2 anos, sendo que, de qualquer forma, os diretores deverão permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores. Admite-se a reeleição. § Único. A remuneração dos diretores deverão desta de seus sucessores. Admite-se a reeleição. § Único. A remuneração dos diretores deverão de seus sucessores. será estabelecida pela assembleia geral. **Artigo 16**. Ocorrendo vacância, por qualquer motivo, de cargo de diretor, qualquer diretor remanescente deverá convocar assim que possível uma assembleia geral, cuja ordem do dia será deliberar sobre a eleição do substituto. Artigo 17. Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer diretor, este, sujeito o ato à apro vação da Diretoria, poderá indicar um substituto para servir durante sua ausência ou impedimento. O substituto do diretor exercerá todas as funções e terá os poderes, direitos e deveres do diretor substituido. Artigo 18. A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário. As reuniões seráo presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência do diretor an ocasião for escolhido, serão instaladas com a presença da maioria dos diretores em exercício, e deliberarão pela maioria dos votos dos diretores presentes. Artigo 19. Compete a qualquer membro da Diretoria a administração dos negócios sociais em gera e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou po este estatuto, atribuída a competência à assembleia geral. Seus poderes incluem, entre outros, os atricientes para: (a) zelar pela observância da lei e deste estatuto; (b) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas assembleias gerals e nas usas próprias reuniões; (c) administrar, gerir e superintender os negócios sociais; (d) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; e (e) distribuir, entre seus membros, as funções da administração da Companhia Artigo 20. As escrituras públicas de qualquer natureza, as letras de câmbio, os cheques, as ordens de pagamento, os contra-tos e, em geral, quaisquer outros documentos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia serão poderes outorgados nos respectivos instrumentos de mandato, sendo que os diretores ou procuradores que porventura tenhar entre si, vínculo conjugal, relação estável ou qualquer grau de parentesco não poderão praticar atos conjuntamente, apena mediante a assinatura com outro diretor ou procurador não vinculado; (b) <u>para a prática de atos que enviolvam valores iguais</u> <u>ou inferiores a R\$ 250,000.00</u>, conjuntamente: (i) por quaisquer dois Diretores; ou (ii) por qualquer Diretor com um procura-dor, nomeado nos termos do § 1º abáxo e de acordo com os poderes outorgados nos respectivos instrumentos de mandato sendo que os diretores ou procuradores que porventura tenham, entre si, vínculo conjugal, relação estável ou qualquer gra de parentesco não poderão praticar atos conjuntamente, apenas mediante a assinatura com outro diretor ou procurador não vinculado; e (c) para a prática de atos que envolvam valores iguais ou inferiores a R\$ 50.000,00, conjuntamente: (i) po qualsquer dois Diretores; ou (ii) por qualquer Diretor com um procurador, nomeado nos termos do § 1º abaixo e de acordo com os poderes outorgados nos respectivos instrumentos de mandato; ou (iii) por dois procuradores, nomeados nos termos do § 1º abaixo e de acordo com os poderes outorgados nos respectivos instrumentos de mandato, sendo que os diretores ou procuradores que porventura tenham, entre si, vínculo conjugal, relação estável ou qualquer grau de parentesco não poderão praticar atos conjuntamente, apenas mediante a assinatura com outro diretor ou procurador não vinculado. § 1°. As procura ções outorgadas pela Companhia serão sempre assinadas por 2 Diretores, respeitado o disposto no artigo 20 acima, devend coes outorgadas pera Compannia serao sempre assinadas por 2 Diretores, respetiado o disposto no artigo 20 actima, elevento especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado a 1 ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado, observado que na outorga de procuração para prática de atos de valores superiores a R\$ 250.000,00 a Companhia deverá necessariamente ser representada por meio de: (a) assinatura conjunta do Diretor Presidente e de outro Diretor Inclusive o Diretor Financeiro; ou (b) assinatura conjunta do Diretor Presidente. Artigo 21. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia os atos de qualquer diretor, procurador ou empregado, que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela assembleia geral. § Único. Na hipótese de constatação do descumprimento de qualquer disposição deste estatuto por quaisquer dos diretores, ficam os diretores obrigados a dar ciência aos acionistas do referido descumprimento, imediatamente quando da sua ciência. Capítulo V. Do Conselho Fiscal. Artigo 22. O Conselho Fiscal do Companhia, que será integrado por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, funcionará em caráter não permanente e será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. Capítulo VI. Das Relações com os Acionistas e Partes Relacionadas. Artigo 23. Todo e qualquer acordo de acionistas existente entre os acionistas da Companhia, bem como os contratos com partes relacionadas e programas de aquisição de ações e de outros títulos e valores mobiliários da Companhia, deverão ser arquivados na sede social da Companhia e postos à disposição de qualquer acionistas da Companhia que deseje ter acesso ao seu conteúdo. Capítulo VII. Do Exercício Social, do Balanço e do Lucro. Artigo 24. O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Artigo 25. An Gim de cada exercício social de acestro en contrato de companhia que deseje ter acesso ao seu conteúdo. Capítulo VII. Do Exercício Social, do Balanço e do Lucro. Artigo 25. An Gim de cada exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Artigo 25. An Gim de cada exercício social de cada con contrato e compostrações figurações e phesogrados en disposições legale, victores e que contrato e contrato de cada con contrato e contrato de cada con contrato e contrato e contrato de cada con contrato e contr cício, serão elaboradas as demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes, as quais deverão se auditadas por auditores independentes devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliánios, observadas as normas então vigentes. Artigo 26. O lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que fo determinada pela assembleia geral, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, § 17. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido. dos seguintes valores: (a) quota destinada à constituição da reserva legal; (b) importância destinada à formação de reserva para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (c) lucros a realizar transferio para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizan utanisertoso para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizan son o exercício. § 2º A assembleia geral poderá deliberar acerca da distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, nos termos do artigo 202, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações. § 3º A Companhia poderá levantar balanços intermediários, intercalares ou em períodos menores e, com base nesses balanços, distribuir lucros, por deliberação da assembleia geral. No encerramento de cada ous mientos e, con base riesses balanços, tistarbul nuclos, poi denientação da assembleira geral. No eficientamiento de exercício social, será procedido eventual acerto, para mais ou para menos, de acordo com as distribuições intermediárias realizadas durante o período. § 4º. A Companhia poderá distribuir e pagar juros sobre o capital próprio, conforme deliberação da assembleia geral (Capítulo VIII. Da Liquidação. Artigo 27. A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, competindo à assembleia geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação. Capítulo IX. Arbitragem. Artigo 28. Se quaisquer disputas, conflitos ou discrepâncias ("Conflito") de qualquer natureza surgirem em relação a este estatuto social, os acionistas deverão utilizar seus melhores esforços para elusionez o Conflito so mente de discrepâncias ("Conflito") de conflito solucionar o Conflito por meio de discussões amigáveis e de boa fé e, caso falhem em chegar a um consenso, então o Conflito será solucionado por arbitragem, observadas as disposições dos acordos de acionistas da Companhia devidamente arquivados na sede da Companhia e deste estatuto social. § 1º. A Arbitragem será conduzida na cidade de São Paulo-SP, perante e de acordo com as regras da Câmara de Arbitragem da Câmara de Arbitragem de Camerio Brasil-Canadá ("CGBC"). A Arbitragem será conduzida na lingua portuguesa. § 2º. A Arbitragem será conduzida por 3 árbitros. A parte reclamante indicará um árbitro e a parte reclamada indicará outro árbitro, nos prazos estabelecidos pelo CCBC. O terceiro árbitro, que atuará como Presidente do Tribunal Arbitral, bem como os árbitros não indicados pelas partes no prazo estabelecido, deverão ser indicados de acordo com a regras do CCBC. § 3º. Qualquer das acionistas e/ou a Companhia poderá requerer medida liminar ou cautelar ao Poder Judici sociedades; (f) liquidação voluntária, dissolução ou extinção da Companhia, ou pedido voluntário de recuperação extrajudicial, recuperação judicial e/ou falência da Companhia; (g) transformação, fusão, incorporação, cisão ou qualquer outra operação de reorganização societária envolvendo a Companhia; (h) abertura do capital social da Companhia; (i) eleição de sembrors da Diretoria da Companhia e fixação das respectivas atribuições e designações; (i) aprovação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras por eles apresentadas e devidamente auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários, bem como a aprovação da destinação a ser dada ao lucro liquido do exercícia; do forma de distilução a por apartente delete da sempendar de destinação a de Companhia (l) exercícia de destinação a ser dada ao lucro liquido do ário, em caso de urgência. Portanto, o pedido de uma medida liminar ou cautelar, seja antes ou depois do início do processo de arbitragem, não deverá ser considerado inconsistente com ou como renúncia a qualquer das disposições contidas neste estatuto social. Para tal finalidade, fica eleito o foro da comarca de São Paulo-SP com a renúncia qualquer outro, por mais privilegiado que seja. § 4º. A sentença arbitral será proferida por escrito, indicará suas razões e fundamentos, e será final vinculante e exequivel contra as partes de acordo com seus termos. A sentença arbitral será tida pelas partes como solução do Conflito entre elas, que deverão aceitar tal sentença arbitral como a verdadeira expressão de sua vontade em relação ao Conflito. O Tribunal Arbitral poderá conceder qualquer medida disponível e apropriada conforme as leis aplicáveis a este estatuto Social. A sentença arbitral poderá incluir dispositivo sobre a alocação de custos, inclusive honorários advocatícios razoáveis e despesas. Cada parte deverá arcar com seus próprios custos durante a condução da arbitragem, e a parte à qual for proferida uma sentença arbitral desfavorável deverá reembolsar a outra parte por toda e qualquer despesa e custo razoávi incorrido, inclusive, mas não limitado a, honorários advocatícios e despesas com viagens, conforme vir a ser estipulado n sentenca arbitral. A execução da sentenca arbitral poderá ser realizada por qualquer juízo que tenha jurisdição sobre as parte sou seus ativos. S 5º. A lei brasileira seria a única aplicável ao mérito de todo e qualquer Conflito, bem como à execução, inter-pretação e validade deste artigo 28. Artigo 29. Cada uma das partes da arbitragem permanece com o direito de requerer perante o Poder Judiciário com o objetivo exclusivo de: (i) assegurar a instituição da arbitragem, (ii) obter medidas urgentes necessárias para proteção ou salvaguarda de direitos ou de cunho preparatório previamente à instauração do tribunal arbitral, e (iii) obte ou garantir a execução específica das disposições deste estatuto, sem que isso seja interpretado como uma renúncia à arb ou cumpanina, (i) auvição de inedunas judiciais e exitalguaciais na deriesa dos interesses da Companina, (ineta ou indiretamente involvendo valoires superiores a 1% do valoir do capital social da Companinia; (e) su contratação de laudo de avaliação para envolvendo valoires superiores a 1% do valoir do capital social da Companinia; (e) contratação de laudo de avaliação para envolvendo valoires superiores a 1% do valor do capital social da Sompaninia e valor de verções de valor de verções de ve

Clabel Draducto Selutione Letin América Indústria a Comércia S.A.

Global Products Solutions Latin America Industria e Comercio S.A. — CNPJ/MF nº 03.977.536/0001-50 Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos Em Reais)										
	É		Demonstração do Resultado do Exercício							
Ativo	31/12/2020	31/12/2019	Passivo	31/12/2020	31/12/2019			31/12/2019		
Circulante	44.668.298	26.833.543	Circulante	39.257.443	17.165.585					
Caixa e equivalentes de caixa	182.132	2.211.381	Fornecedores	17.946.163	8.192.270	Vendas produtos/mercadorias – mercado interno		44.954.840		
Contas a receber de clientes	32.414.094	20.131.111	Obrigações Fiscais e Previdenciárias	5.198.444	3.957.985	Vendas produtos/mercadorias – mercado extern		_		
Adiantamento a terceiros	1.909.945	1.950.746	Empréstimos – Conta Garantida	450.000		Receita de operações back-to-back	10.891.357	- 004 005		
Tributos a recuperar	996.881	510.428	Outras Contas a Pagar	949.678	2.648.870	Prestação de serviços – mercado interno	13.687.145	5.301.905 179.059		
Estoques	9.130.813	2.006.318	Dividendos acionistas a pagar	5.603.432		Prestação de serviços – mercado externo Locação de bens	565.995			
Despesas Antecipadas	34.432	23.559	Provisões de Custos e Despesas Gerais	9.109.726	755.052	Dedução de bens Deduções da receita bruta	(28.519.088)			
Não Circulante	8.201.042	4.405.105	Receitas Diferidas	_	1.504.265	Devoluções e cancelamentos	(3.115.505)			
Impostos diferidos Ativo	1.306.338	275.722	Não Circulante	2	683.570	Impostos sobre vendas	(25.403.583)			
Investimentos	1.718.869		Impostos diferidos passivo	2	683.570	Receita líquida		37.419.037		
Divide de Use de Deve		Outras Obrigações LP Patrimônio Liquido	13.611.896	13.389.494	Custos das mercadorias / produtos e					
Arrendamento Mercantil	500.363	1.501.088	Capital Social	12.734.649	12.734.649	serviços prestados	(50.787.993)			
Imobilizado	000.000		Reserva Legal	949.762	654.845	Lucro bruto	19.932.106	12.703.620		
Imobilizado Líquido	4.369.046	2 524 936	Ajuste de avaliação patrimonial	(72.514)	054.045	Despesas (receitas) – operacionais	/ · · · ·	/·		
Intangível	4.000.040	2.024.000	Resultados Acumulados	(72.514)		Despesas com vendas e administrativas	(9.943.741)	(6.572.238)		
Intangível Líquido	306.426	103.359		(1)	_	Resultado financeiro – líquido Outras receitas/despesas	(2.060.906) 988.955	(418.401) (432.449)		
Total do Ativo	52.869.341		Total do Passivo	52.869.341	31.238.649	Resultado antes do IRPJ e CSLL	8.916.414	5.280.532		
							(1.162.265)	(574.235)		
Mauro Paustino da Silva Junior Giauberto Gonçaives dos Reis						Contribuição social Imposto de renda	(2.886.416)			
Vice-Presidente de Finanças – CPF 102.945.168-08 Contador – CPF 348.480.668-08 – CRC 1SP 291.286/O-2					/0-2	Impostos diferidos resultado	1.030.615	352.927		
	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	5.898.349	3.517.964							

Data Mercantil A melhor opção para sua empresa

Petróleo fecha em alta, em sessão volátil marcada por dados de estoques nos EUA

s contratos futuros de petróleo fecharam em alta nesta quarta-feira, 7, em sessão volátil, marcada pela divulgação de dados que mostraram queda nos estoques da commodity nos Estados Unidos na última semana. O mercado segue observando o panorama sobre a recuperação da demanda, e, pelo lado da oferta, ainda observa os potenciais desdobramentos das mais recentes notícias sobre produção de exportadores.

O barril do petróleo WTI para maio avançou 0,74% (+US\$ 0,44), aos US\$ 59.77. na New York Mercantile Exchange (Nymex), e o do Brent para junho teve alta de 0,67% (+US\$ 0,42), a US\$ 63,16, na Intercontinental Exchange

O petróleo começou a sessão em alta, após o American Petroleum Institute (API) estimar, no fim da tarde de ontem, que o volume de estoque do ativo energético nos EUA teve queda de 2,6 milhões de barris na última semana. No entanto, o cenário se reverteu ao longo da manhã, e os contratos futuros de petróleo ampliaram as perdas após o Departamento de Energia (DoE) dos EUA informar alta inesperada de 4,044 milhões de barris de gasolina nos estoques do país, contrariando previsão de queda em 900 mil

O Commerzbank avalia que o mercado segue "altamente volátil". Investidores "provavelmente estão tentando inicialmente encontrar seu rumo, apesar de um ambiente favorável aos preços, com os dados econômicos dos EUA alimentando otimismo sobre a recuperação da demanda". Ao final da sessão, o petróleo passou a operar no terreno positivo.

IstoéDinheiro

GLP X Participações Ltda.

CNPJ/ME nº 37.837.627/0001-01 - NIRE 35.236.177.540

Instrumento Particular de 1ª Alteração do Contrato Social e de Transformação

Pelo presente instrumento: GLP Investimentos V Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 27.368.761/0001-57, com sede na Avenida das Nações Unidas, 14.171, 11º andar, Torre A, São Paulo-SP, representado por sua co-gestora GLP Brasil Gestão de Recursos e Administração imobiliária Ltda., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 5º Andar, conjunto 501, 5ão Paulo-SP, inscrita a Junta Comercial do Estado de São Paulo "JUESESP") sob o NIRE 35.25.276.916, inscrita CNPJ/ME sob o nº 13.478.471/0001-51, neste ato representada por seus Diretores Mariana Ester Tonelli Ventura Milnitzky, portadora da Cédula de Identidade RG nº 32.123.341-4 SSP/SP, e inscrita no CPF/ME sob o nº 219.821.385-58, e Dani Ajbeszyc, portador da Cédula de Identidade RG nº 18.428.593 SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o nº 250.951.278-14 ("FIP V"); Sócio único da GLP X Participações Ltda., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, conjunto 501, Edificio Petro Mariz — Birmann 31, São Paulo-SP, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 37.837.627/0001-01, com seu contrato social arquivado na JUCESP sob o NIRE 35.236.177.540, em sessão de 23/07/2020 ("Sociedade"), decide: (i) transformar a Sociedade em sociedade por ações, 31, Sao Paulo-SP, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 37.837.627/0001-01, com seu contrato social arquivado na JUCESP sob o NIRE 35.236.177.540, em sessão de 23/07/2020 ("Sociedade"), decide: (i) transformar a Sociedade em sociedade por ações, sob a denominação GLP X Participações S.A., passando o capital social subscrito, no valor de R\$ 1.000,00, dividido em 1.000 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, a ser representado por 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas de titularidade do accionista GLP Investimentos V Fundo de Investimento em Participações — Multitestratégia, (ii) ato seguinte, emitir 29.999.670 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de subscrição total de R\$ 29.999.670,00, subscritas pelo acionista GLP Investimentos V Fundo de Investimento em Participações — Multiestratégia, a serem integralizadas em moeda corrente nacional até 31/12/2022. O preço de emissão das ações será destinado da sequinte forma; (IRS 1.00 0.00 à conta de capitals accid, de forma que o capital accida Compaphia passa a destinado da la contrativa passa a destinado da seguinte forma: (i) R\$ 1.000,00 à conta de capital social, de forma que o capital social da Companhía passa a ser de R\$2.000,00, representado por 30.000.670 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e (ii) R\$ 29.998.670,00 à conta de reserva de capital da Companhía. Em razão das deliberações acima, o caput do artigo 5° do Estatuto Social terá a seguinte redação: Artigo 5°.0 capital social da Companhía e R\$2.000,00, representado por 30.000.670 ações ordinárias, ominativas e sem valor nominal. (iii) A Sociedade passará a ser regida pelo Estatuto Social que integra o presente instrumento como Anexo I. (iv) Eleger os Diretores da Sociedade, a seguir indicados, para mandato de 02 anos, a saber: (a) Mauro Oliveira Dias, portador da Carteira de Identidade, a seguir indicados, para mandato de 02 anos, a saber: (a) Mauro Oliveira Dias, portador da Carteira de Identidade R6 nº 28.855.146-8 DIC/RJ e inscrito no CPF/ME sob o n° 22.142.519-6 SSP-SP e inscrito no CPF/ME sob o n° 177.408.698-05, para o cargo de Diretor sem designação específica: (c) Dani Ajbeszyc, portador da Cédula de Identidade R6 n° 18.428.539 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob o n° 250.951.278-14, para o cargo de Diretor Financeiro: (d) Brian Augustine Kieran, inscrito no Registro Nacional de Estrangeiros - Riso bo o n° 178.408.698-05, para o cargo de Diretor sem designação específica: (e) Mariana Ester Tonelli Ventura Milinitzky, portadora da Cédula de Identidade R6 n° 32.123.341-4 SSP/SP, e inscrita no CPF/ME sob o n° 219.821.388-58, para o cargo de Diretor sem designação específica: (e) Mariana Ester Tonelli Ventura Milinitzky, portadora da Cédula de Identidade R6 n° 32.123.341-4 SSP/SP, e inscrita no CPF/ME sob o n° 219.821.388-58, para o cargo de Diretor sem designação específica: (e) Danilo de Matos Marcondes, portador da cédula de Identidade (entidade R6 n° 32.123.341-4 SSP/SP, e) inscrita no CPF/ME sob o n° 219.821.388-58, para o cargo de Diretor sem designação específica: (e) Danilo de Matos Marcondes, portador da cédula de Iden destinado da seguinte forma: (i) R\$ 1.000,00 à conta de capital social, de forma que o capital social da Companhía passa a Minitzky, portadora da Cédula de Identidade RG nº 32.12.3.341-4.585/SP, e inscrita no CPF/ME sob o nº 219.821.338-58, para o cargo de Diretora sem designação específica; e (f) Danillo de Matos Marcondes, portador da cédula de Identidade RG nº 32.12.3.341-4.585/SP, e inscrita no CPF/ME sob o nº 219.821.338-58, para o cargo de Diretora sem designação específica; e (f) Danillo de Matos Marcondes, portador da cédula de Identidade RG nº 29.557.015-5 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 218.755.068-02, para o cargo de Diretor sem designação específica. So Diretores acolhem sua nomeação, sendo empossados mediante assinatura dos correspondentes termos de posse que se encontram arquiviados na sede da Companhia, nos quais declaram estar cientes das disposições do artigo 147 da Lei nº 6.4047/6. (v) Incumbir os Diretores da Sociedade de ultimar as formalidades remanescentes retuxas à transformação da Sociedade e a atualização dos registros pertinentes perante os órgãos competentes. (vi) Determinar que as publicações da Sociedade deverão ser feitas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Data Mercantil. E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento em 1 via digital. São Paulo, 40/10/2021. Acionista: GLP Investimentos V Fundo de Investimento em Participações — Multiestratégia, por GLP Brasil Gestão de Recursos e Administração Involitiária Ltda. Dani Alpesaços; Mariana Ester Tonelli Ventura Milnitatky, Advogados cosponsável: Francisco Sergio Camargo Molist Arnaus OAB/SP: 315.574. Estatuto Social da GLP X Participações S.A. CNPJ/ME nº 37.837.627/0001-01 – NIRE em transformação. Capítulo I – Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1. A GLP X Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima regida pelo disposto neste esponsável: Francisco Conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). Artigo 2. A Companhia tem sua sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 3.900, conjunto 501, Edificio Pedro Mariz – Birmann 31, São Paulo-SP, podendo abrir filiais, agências ou re sócia, acionista ou quotista: (b) promover e incorporar empreendimentos imobiliários próprios de qualquer natureza; (c) socia, acionista ou quotista; (b) promover e incorporar empreendimentos imobilianos proprios de qualquer natureza; (c) alienar, adquirir, locar e administrar imóveis próprios de qualquer natureza; e (d) desenvolver e implementar estratégias de marketing relativas a empreendimentos imobiliários próprios. Artigo 4. O prazo de duração da Companhia é indeterminado. Capítulo II — Do Capítal. Artigo 5. O capital social da Companhia é R\$2.000,00, representado por 30.000.670 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. § Único. Todas as despesas com o desdobramento ou a substituição de títulos representativos de ações correrão por conta dos acionistas. Artigo 6. Os acionistas têm preferência para a subscrição de novas ações, na proporção das ações já possuídas anteriormente, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Artigo 7. A ação é indivisível perante a Companhia, e a cada ação corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. Artigo 8. Durante o prazo de duração da Companhia será vedada a emissão de partes beneficiárias, inexistindo, igualmente, títulos dessa espécie em circulação. Artigo 9. No caso de abertura de seu capital, a Companhia deverá adeirir a segmente especial de bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos neste estatuto social, notadamente aquelas mencionadas nos Artigos 8, 23, 25 e 28 deste Estatuto e, quando existente, o estabelecimento de um mandato unficado de até 02 anos para todo o conselho de administração da Companhia. Capítulo III – Das Assembleias Gerais. Artigo 10. A assembleia geral reunir-se- à ordinariamente uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do ano social, e, extraordinariamente sempre que houver necessidade. Artigo 11. As assembleias gerais serão presididas por um acionista ou diretor escolhido na ocasião pela maioria dos acionistas presentes. Ao presidente da assembleia caberá a escolha do secretário. Artigo 12. Os acionistas poderão votar as matérias submetidas às assembleias: (a) pessoalmente; (b) por procurador, na forma do art. 178. 5 1° 4 a 1ei das Sociardades nor Arcifes: (c) por telefone: (d) nor videoconferência: (e) por fac-similie: (f) por correio; (o) Artigo 8. Durante o prazo de duração da Companhia será vedada a emissão de partes beneficiárias, inexistindo, igualmente Us acionistas pouera votar as materias submetidas as assembielas: (a) pessoaimente; (b) por procurador, na forma do art. 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações; (c) por telefone; (d) por videoconferência; (e) por fac-simile; (f) por correio; (g) por e-mail; ou (h) por qualquer outro meio legal por que se possa expressar validamente suas opiniões, desde que, nas hipóteses das alíneas (c) a (h), acima, uma cópia da ata da assembleia seja assinada individualmente pelos acionistas e enviada por fac-símile ou por e-mail no mesmo dia da assembleia e o respectivo original seja posteriormente assinado por todos os acionistas que comparecerem à referida assembleia. **Artigo 13.** Os acionistas reunir-se-ão extraordinariamente sempre que necessário, observadas as regras da Lei das Sociedades por Ações, sendo certo que as seguintes matérias estarão sujeitas à aprovação dos acionistas: (a) todas as matérias determinadas na Lei das Sociedades por Ações; (b) deli-para sobre metas a etiertizes de investimento de disvestimento da Companhia: bem como sobre as oplíticas empresariais berar sobre metas e diretrizes de investimento e desinvestimento da Companhia; bem como sobre as políticas empresariais e objetivos gerais dos respectivos investimentos pela Companhia; (c) deliberar sobre a realização de qualquer acordo ou operação, tendo por objeto a constituição, desconstituição, substituição ou liberação de qualsquer garantias reais ou pessoais, operaça, tendo projeca d coinstituição, desconstituição, substituição ou interação de quasquer garantias reas ou pessoas, pela Companhia e suas controladas, no todo ou em parte, relacionadas aos investimentos na Companhia; (d) aprovar despesas de auditorias fiscais, legais, contábeis, tecnológicas e ambientais que totalizem, em conjunto e por exercício social, mais de R\$ 200.000,00; (e) exercício do direito de voto conferido por ações ou quotas detidas em outras sociedades; (f) liquidação voluntária dissolução ou extinção da Companhia, ou pedido voluntário de recuperação extrajudicial, recuperação judicial e/ou falência da Companhia; (j) abertura do capital social da Companhia; (j) eleição e destituição dos membros da Diretoria da Companhia; (j) abertura do capital social da Companhia; (j) eleição contas dos administradoda Diretoria da Companhia e fixação das respectivas atribuições e designações; (i) aprovação das contas dos administrado-res e das demonstrações financeiras por eles apresentadas e devidamente auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários, bem como a aprovação da destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício; (k forma de distribuição e o montante global da remuneração dos administradores da Companhia; (1) aumento e/ou redução d das sociedades das quais a Companhia seja acionista ou sócia, bem como na instrução de voto a ser fornecida aos admi-nistadores de tais sociedades; (o) aprovar a realização de quaisquer negócios ou atividades fora do curso normal dos negócios da Companhia; (r) adoção de medidas judiciais e extrajudiciais na defesa dos interesses da Companhia, direta ou negocios da Companinal, (r) adoção de medidas judiciais e extrajudiciais na detiesa dos interesses da Companina, ineta do indiretamente envolvendo valores superiores a 1% do valor do capital social da Companhia; e (s) contratação de laudo de avaliação para avaliação econômica (valuation) da Companhia ou das sociedades nas quais a Companhia tenha participação. § 1º. A assembleia geral deverá ser convocada na forma da lei, mediante correspondência encaminhada aos accionistas, com antecedência de, pelo menos, 8 días, para a primeira convocação, e 5 días para a segunda. § 2º. Resalvadas as exceções previstas em lei, a assembleia geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 do capital social com direito de voto; em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número. § 3º.

sentes, não se computando os votos em branco. Capítulo IV — Da Administração. Artigo 14. A Companhia será administrad por uma Diretoria constituída por, no mínimo, 2 e, no máximo, 7 diretores, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pel assembleia geral. Dos diretores, um será o Diretor Presidente, outro, o Diretor Financeiro, e os demais não terão designação. específica. Artigo 15. Os diretores terão prazo de mandato de 2 anos, sendo que, de qualquer forma, os diretores deverã permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores. Admite-se a reeleição. § Único. A remuneração dos direto serripie que ricessano. As lectimos sera o presiduas pero unevor residuente ou, na dua dischar, pero unierro que na ocasia, for escolhido, serão instaladas com a presença da maioría dos diretores em exercício, e deliberarão pela maioria dos votos dos diretores presentes. Artigo 19. Compete a qualquer membro da Diretoria a administração dos negócios sociais em gera e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou por este estatuto, atribuída a competência à assembleia geral. Seus poderes incluem, entre outros, os sufficientes para: (a) zelar pela observância da lei e deste estatuto; (b) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas assembleias gerals e nas suas próprias reunifies; (c) administrar querir es superintender os necícios sociais; (d) emitir servar instruções a regulasuas próprias reuniões; (c) administrar, gerir e superintender os negócios socials; (d) emitir e aprovar instruções e regula mentos internos que julgar úteis ou necessários; e (e) distribuir, entre seus membros, as funções da administração da Companhia. **Artigo 20**. As escrituras públicas de qualquer natureza, as letras de câmbio, os cheques, as ordens de pagamento Compania. Arrugo 2.n.s escrituras publicas de qualquer inatureza, as teras de cambio, os trieques, as ordens de pagamento os contratos e, em geral, quaisquer outros documentos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia serão obrigatoriamente assinados: (a) para a prática de atos que envolvam valores superiores a R\$ 250.000,00, conjuntamente (I) pelo Diretor Presidente e por outro Diretor, inclusive o Diretor Financeiro; (II) pelo Diretor Financeiro e por outro Diretor inclusive o Diretor Presidente; ou (III) por qualquer Diretor com um procurador, nomeado nos termos do § 1º abaixo e de acordo com os poderes outorgados nos respectivos instrumentos de mandato, sendo que os diretores ou procuradores que activido com os poteres outrigidados nos respectivos installentos de mandato, sentro que os diretores ou procuradores que porventura tenham, entre si, vínculo conjugal, relação estável ou qualquer grau de parentesco não poderão praticar atos conjuntamente, apenas mediante a assinatura com outro diretor ou procurador não vinculado; (b) <u>para a prática de atos que envolvam valores iguais ou inferiores a R\$ 250.000,00</u>, conjuntamente: (b) por qualquer dois Diretores; ou (li) por qualque Diretor com um procurador, nomeado nos termos do § 1º abaixo e de acordo com os poderes outorgados nos respectivos instrumentos de mandato, sendo que os diretores ou procuradores que porventura tenham, entre si, vínculo conjugal, relação activado de la completa de la consenso de la contrata de la completa de la contrata estável ou qualquer grau de parentesco não poderão praticar atos conjuntamente, apenas mediante a assinatura com out no artigo 20 acima, devendo especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado a 1 ano, exceto no no artigo 2u acima, devendo especinicar os poderes concedidos e terao prazo certo de duração, limitado a 1 ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado, observado que na outorga de ocuração para prática de atos de valores superiores a R\$ 250.000,00 a Companhia deverá necessariamente ser representada por meio de: (a) assinatura conjunta do Diretor Presidente e de outro Diretor, inclusive o Diretor Financeiro e de outro Diretor, inclusive o Diretor Presidente. **Artigo 21**. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer diretor, procurador ou empregado, que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em relativas a riegiocis su operaciones estaminos au opiero sociaria, las comin dirigidas, avais, relinossos ou quando expressamente autorizados pela assembleia geral. § Único. Na hipótese de constatação do descumprimento de qualquer disposição deste estatuto por quaisquer dos diretores, ficam os diretores obrigados a dar ciência aos acionistas do referido descumprimento, imediatamente quando da sua ciência. Capítulo V — Do Conselho Fiscal Artigo 22. O Conselho Fiscal aos Companhia, que será integrado por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, funcionará em caráter não permanente e será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. Capítulo VI — Das Relações com os Acionistas e Partes Relacionadas. Artigo 23. Todo e qualquer acordo de cionistas e vistante actra con estamente de será companha en escontratos com partes relicionadas en programas fa ionistas existente entre os acionistas da Companhia, bem como os contratos com partes relacionadas e programas d aquisição de ações e de outros títulos e valores mobiliários da Companhia, deverão ser arquivados na sede social da Com aquisição de ações e de outros tutidos e valores modinarios da Companhia, deverato ser arquivados ha sedes social da Companhia e postos à disposição de qualquer acionista da Companhia que deseje ter acesso ao seu conteúdo. Capítulo VII – Do Exercício Social, do Balanço e do Lucro. Artigo 24. O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Artigo 25. Ao lim de cada exercício, serão elaboradas as demostrações financeiras, observadas disposições legais vigentes, as quais deverão ser auditadas por auditores independentes devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários, observadas as normas então vigentes. Artigo 26. O lucro flujudo apurado em cada exercício acede devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários, observadas as normas então vigentes. Artigo 26. O lucro flujudo apurado em cada exercício acede devidamente registrados real cada exercício acede devidamente registrados con cada exercício acede devidamente registrados cada exercícios exercicios exercicios exercicios exercícios exercí cio, após as deducões legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral, ouvido o Conselho Fiscal, se er cio, apos as deutojos regais, tera a destinação que foi determinada pera assentibria geral, dovido d'ocisentio riscal, se em funcionamento. § 1º. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) quota destinada à constituição da reserva legal; (b) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (c) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. § 2º. A assembleia geral poderá deliberar acerca da distribuição de dividendo: inferior ao obrigatório, nos termos do artigo 202, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações. **§ 3º.** A Companhia poderá levanta balanços intermediários, intercalares ou em períodos menores e, com base nesses balanços, distribuir lucros, por delibera: balanços intermediários, intercalares ou em períodos menores e, com base nesses balanços, distribuir lucros, por deliberação da assembleia geral. No encerramento de cada exercicio social, será procedido eventual acerto, para mais ou para menos, de acordo com as distribuições intermediárias realizadas durante o período. § 4º. A Companhia poderá distribuir e pagar juros sobre o capital próprio, conforme deliberação da assembleia geral. Capítulo VIII — Da Liquidação. Artigo 27. A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, competindo à assembleia geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação. Capítulo IX — Arbitragem. Artigo 28. Se quaisquer disputas, conflitos ou discrepâncias ("Conflito") de qualquer natureza surgirem em relação a este estatuto social, os acionistas deverão utilizar seus melhores estorços para solucionar o Conflito pro meio de discussões amigáveis e de boa té e, caso falhem em chegar a um consenso, então o Conflito será solucionado por arbitragem, observadas as disposições dos acordos de acionistas da Companhia devidamente arquivados na sede da Companhia e deste estatuto social. S 1º. A Arbitragem será conduzida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, perante e de acordo com as regras da Câmara de Arbitragem da Câmara de Comércio Brasil-Canadá ("CCBC"). A Arbitragem será conduzida por 3 árbitros. A parte reclamante indicará um árbitro e a parte reclamada indicará outro árbitro, nos prazos estabelecidos pelo CGEC. 0 terceiro árbitro, que atuará com Presidente do Tribunal Arbitral, bem como rbitro, nos prazos estabelecidos pelo CCBC. O terceiro árbitro, que atuará como Presidente do Tribunal Arbitral, bem com arbito, nos prazos estaderectos pero CASC. e teceno arbito, que atuara como resembre do mourantina, per costa os árbitos não indicados pelas partes no prazo estabelecido, deverão ser indicados de acordo com as regras do CCIC. § 3º Qualquer das acionistas e/ou a Companhia poderá requerer medida liminar ou cautelar ao Poder Judiciário, em caso de urgência. Portanto, o pedido de uma medida liminar ou cautelar, seja antes ou depois do início do processo de arbitragem não deverá ser considerado inconsistente com ou como renúncia a qualquer das disposições contidas neste estatuto social Para tal finaldade, fica eleito o foro da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. § 4º. A sentença arbitral será proferida por escrito, indicará suas razões e fundamentos, e será final, vinculante e exequível contra as partes de acordo com seus termos. A sentença arbitral será tida pelas partes como nnal, vinculante e exequivei contra as partes de acordo com seus ternios. A sentença arbitral sera tida pletas partes com solução do Conflito entre elas, que deverão aceitar tal sentença arbitral como a verdadeira expressão de sua vontade en relação ao Conflito. D tribunal Arbitral poderá conceder qualquer medida disponível e apropriada conforme as leis aplicáveis a este estatuto Social. A sentença arbitral poderá incluir dispositivo sobre a alocação de custos, inclusive honorários advocaticios razváveis e despesas. Cada parte deverá arcar com seus próprios custos durante a condução da arbitragem, e a parte à qual for proferida uma sentença arbitral desfavorável deverá reembolsar a outra parte por toda e qualquer despesa e custo razoável incorrido, inclusive, mas não limitado a, honorários advocatícios e despesas com viagens, conforme vir ser estipulado na sentença arbitral. A execução da sentença arbitral poderá ser realizada por qualquer juízo que tenh jurisdição sobre as partes ou seus ativos. § 5º. A lei brasaleira será a única aplicável ao mérito de todo e qualquer Judo que teinis jurisdição sobre as partes ou seus ativos. § 5º. A lei brasaleira será a única aplicável ao mérito de todo e qualquer Conflito bem como à execução, interpretação e validade deste artigo 28. Artigo 29. Cada uma das partes da arbitragem permanec com o direito de requerer perante o Poder Judicíário com o objetivo exclusivo de: (i) assegurar a instituição da arbitragem (ii) obter medidas urgentes necessárias para proteção ou salvaguarda de direitos ou de cunho preparatório previamente a instauração do tribunal arbitral, e (iii) obter ou garantir a execução específica das disposições deste estatuto, sem que iss instatuação do intoriar atributa, e (infloite) or galantin a execução especinta das disposições deste estatulo, sem que respectivos ou medidas implementados pelo Poder Judiciário deverão ser imediatamente notificados à CCBC, devendo tal entidade informar ao Tribunal Arbitral, que poderá rever, conceder, manter ou revogar a medida de urigência solicitada. Para o exercício das citadas tutelas jurisdicionais, as partes arbitragem elegem o foro da comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, Capítulo IX — Disposições Gerais. Artigo 30. Nos casos omissos ou duvidosos aplicar-se-ão as disposições legais vigentes. Advogado responsável: Francisco Sergio Camargo Molist Arnaus OAB/SP: 315.574. JUCESP — Registrado sob o nº 29.625/21-0 em 20/01/2021. Gisela Simiema Caechia— Secretária Cara.

INDICADORES ECONÔMICOS

DÓLAR compra/venda Câmbio livre BC - R\$ 5,5858 / R\$ 5,5864 ** Câmbio livre mercado -R\$ 5,6440 / R\$ 5,6460 * Turismo - R\$ 5,6130 / R\$ 5,7970

(*) cotação média do mercado (**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado no dia: 0,80%

OURO BM&F R\$ 311,000

BOLSAS B3 (Ibovespa) Variação: 0,11% Pontos: 117.623 Volume financeiro: R\$ 28,827 bilhões Maiores altas: Braskem PN (5,95%), Minerva ON (4,22%), Hapvida ON (3,89%)Maiores baixas: Hering ON (-3,34%), Rumo Logística ON (3,25-%), B2W Digital ON (-2,96%)

S&P 500 (Nova York):

Dow Jones (Nova York): 0,05% Nasdaq (Nova York): -0,07% CAC 40 (Paris): -0,01% Dax 30 (Frankfurt): -0,24% Financial 100 (Londres): 0,91% Nikkei 225 (Tóquio): Hang Seng (Hong Kong): -0,91% Shanghai Composite (Xangai): -0,10% CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,71% Merval (Buenos Aires):

IPC (México): -0,18%

-0,40%

Ful Holding S.A. — CNPJ/MF nº 20.504.597/0001-19 - NIRE 35.300.466.705

	Demonstrações F	inanceiras refe	erentes aos	exercicios sociais encer	rados em 31 de	dezembro (de 2019 e 2018 (Valores expressos em	(Reals
Balanço Patrimonial						Demonstração do Resultado		
2019 2018				2019	2018		2019	
	Ativo	92.757.007,26	80.952.641,33		92.757.007,26		Receita operacional bruta	
	Ativo circulante	42.536,62	2.063.306,15		23.507.954,08		Deduções da receita bruta	
	Disponível	856,19	816,08		10.095,78		Receita líquida	
	Caixa	731,04	782,79	Fornecedores	10.095,78	27.918,41		
	Bancos conta movimento	125,15	33,29	Obrigações trabalhistas e sociais	9.569,88		Lucro bruto	
	Créditos	_	2.020.000,00	Obrigações com pessoal	9.569,88		Despesas operacionais	270.337,3
	Clientes	_	2.020.000,00	Obrigações fiscais	210.736,00		Despesas operacionais	(270.337,34
	Outros créditos	41.680,43	42.490,07	Tributos e contribuições a recolher	210.736,00	210.762,48	Despesas com pessoal	(150.610,34
	Impostos a recuperar	794,43	794,43	Obrigações financeiras	23.277.552,42	4.266.019,43		(101.417,08
	Adjantamentos	40.886.00	41.695,64	Emprestimos e financiamentos	23.277.552,42	4.266.019,43	Encargos sociais	(38.535,05
	Ativo não circulante	92.714.470.64	78.889.335,18	Passivo não circulante	65.702.887,07	72.617.522,60	Beneficios	(10.658,21
	Realizável a longo prazo	4.844.319,49		Títulos a pagar	33.245.308,99	45.783.790,48	Despesas administrativas	(37.665,90
	Emprestimos a receber	4.836.744,80	15.369.451,10	Outras obrigações a pagar	33.245.308,99	45.783.790,48		(37.665,90
	Depositos judiciais	7.574,69	7.574.69	Debentures	32.457.578,08	26.833.732,12	Depreciações/amortizações	(61.001,40
	Investimentos	86.482.788,11	62.066.942,98	Debentures a pagar	32.457.578,08		Depreciações	(61.001,40
	Investimentos em controladas	86.482.788,11	62.066.942,98	Patrimônio líquido	3.546.166,11	3.820.623,29	Utilidades e serviços	(21.059,70
	Ativo imobilizado	1.387.363.04	1.445.366,41	Oapitai sociai	2.206.966,00		Resultado antes das operações financeiras	(270.337,34
	Bens de uso	1.513.728,96	1.510.730,93	Oupital ooolal	2.206.966,00		Despesas financeiras	(4.119,84
	(-)Depreciação acumulada	(126.365,92)	(65.364,52)	110001400	284.854,60	284.854,60		(4.119,84
	Bens intangíveis	1.483,87	1.483,87	Reservas de capital	284.854,60	284.854,60	Despesas financeiras Resultado antes das provisões tributárias	(4.119,84
	(-) Amortização	(1.483,87)	(1.483,87)	Resultado acumulado	1.054.345,51 1.054.345,51		Prejuízo líquido do exercício	(274.457,18 274.457,1
	Total do ativo							2/4.43/,10
	Total do ativo 92.757.007,26 80.952.641,33 Total do passivo 92.757.007,26 80.952.641,33						Diretoria	
	Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial com base nas informações e na documentação apresentada, encerrado em 31/12/2019,						Mariana Esteves Vacari – Diretora Adm	inistrativa
	somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R\$ 92.757.007,26, e em 31/12/2018, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância						Contador	
	de R\$ 80.952.641,33.		Wendell Lino De Giaimo Fagundes – CRC S	iP 301.949/O-7				

ente das formalidades previstas neste Artigo, será considerada regular a assembleia geral que comparecerem os acionistas representantes da totalidade do capital social da Companhia. § 4º. As deliberações da assembleia geral, res-

> Coroa (Suécia) - 0,6490 Dólar (EUA) - 5,5864 Franco (Suíça) - 6,0237 Iene (Japão) - 0,05094 Libra (Inglaterra) 7,6858 Peso (Argentina) -0,0605 Peso (Chile) - 0,007841 Peso (México) - 0,2767 Peso (Uruguai) - 0,1273 Yuan (China) - 0,8540 Rublo (Rússia) -0,07253 Euro - 6,6422

08.04.21.indd 7 **(** 07/04/2021 19:49:47





Mogiana Alimentos S/A - CNPJ/MF nº 45.710.423/0001-33

igoplus

Aos Senhores Acionistas, Atendendo as disposições legais e estatutárias, a Adminis-respeito ao meio ambiente. O mercado "pet food" no Brasil continua em tase de expansão com uma série de medidas adotadas para monitoramento, prevenção e proteção das marcas GranPlus e Guabi Natural e consolidando-se neste mercado. O resultado finantração da Mogiana Alimentos S.A apresenta-lhes as Demonstrações Financeiras do e, segundo a ABINPET (Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de pessoas e comunidades. A administração implementou as medidas necessárias para ceiro em 31 de dezembro de 2020. Em 2020, a nossa Companhia completou Estimação), o país é o segundo maior mercado em faturamento no mundo, o que nos garantir a segurança de seus funcionários, prestadores de sever vivo e dos clientes aten- aproximadamente PS 12,8 milhões. A Companhia tem prevado e comercializando produtos para alimentação en osos portificio é completo com foco nos de invase para distributor Social aduação e funtição para animais de estimação e nosos portificio é completo com foco nos de nossa participação no mercado premium e super premium. A Companhia não foram aos nossos clientes, fornecedores, instituições financeiras, o laboradores diretos e indiretos, septembro de 2020. Em 2020, detarmento premium e super premium. A Companhia não foram aos nossos clientes, fornecedores, instituições financeiras, o laboradores diretos e indiretos, a segurando a seta administração.

**Responsable de companhia de premium e super premium. A Companhia não foram aos nossos clientes, fornecedores, instituições financeiras, o laboradores diretos e indiretos, a segurando a seta administração.

**Responsable de premium e super premium. A Companhia oferece muito mais que nutrição, a faturamento bruto de aproximadamente PS 599 milhões com vendas a quarte de la prometar de possibilitadores de la prometar de possibilita ela promove saúde, bem-estar, conhecimento técnico e confiabilidade em toda sua ex-terno e mercado externo, que representa um crescimento de 16% no ano em comparado preventivas implementadas. Além disso, o ano foi marcado pelo aumento no "mix" de tensa linha de produtos. A Companhia prima pelo bem-estar de seus colaboradores e o com o exercício anterior. O ano de 2020 foi marcado pela pandemia global do COVID-19, vendas e a estratégia continua em crescer em produtos premium, impulsionando as

ões Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Campinas, 01 de abril de 2021.

Fluxos de caixa das atividades operacionais Lucro líquido (prejuízo) antes dos tributos

Demonstração do fluxo de caixa

2020 2019 11.523 (1.680)

Balanço patrimonial - Ativo	2020	2019
Circulante	141.409	86.370
Caixa e equivalentes de caixa	33.539	8.334
Contas a receber de clientes	51.331	44.516
Estoques	52.624	28.800
Impostos a recuperar	2.587	2.362
Outros créditos	1.328	2.358
Não circulante	108.207	108.697
mpostos a recuperar	694	1.536
Depósitos judiciais	1.337	914
Imobilizado	90.891	93.314
Intangível	1.350	929
Ativos de direito de uso	13.935	14.454
Total do ativo	249.616	197.517
Balanço patrimonial - Passivo e PL	2020	2019
Circulante	104.857	57.662
Fornecedores	50.627	26.955
Empréstimos e financiamentos	20.982	853
Passivos de arrendamento	6.011	4.497
Impostos e contribuições a pagar	9.358	8.131
Salários, férias e encargos	4.094	5.204
Parcelamentos tributários	280	295
Outras contas a pagar	11.451	11.727
Dividendos Propostos	2.054	-
Não circulante	23.895	25.939
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.314	3.748
Empréstimos e financiamentos	2.000	2.151
Passivos de arrendamento	9.188	11.169
Parcelamentos tributários	956	1.194
Provisões para processos judiciais	7.447	4.819
Provisão de benefício pós emprego	1.990	2.858
Total do passivo	128.752	83.601
Patrimônio líquido	120.864	113.916
Capital social	46.191	46.191
Reserva de capital	81	81
Reserva de reavaliação	25.909	25.553
Reservas de lucros	48.683	42.091
Total passivo e do patrimônio líquido	<u>249.616</u>	197.517

		Demonstr	açoes Fi
9	Demonstração do resultado	2020	2019
<u>0</u> 4	Receita operacional líquida	396.588	333.265
	Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(298.049)	(231.970
6	Lucro bruto	98.539	101.295
0	Despesas administrativas	(15.032)	(14.336
2	Despesas com vendas	(78.729)	(82.716
2 8 <u>7</u> 6	Outras receitas (despesas) operacionais, líquida		(6.094
7	Lucro (prejuízo) operacional	11.985	(1.851
	Resultado financeiro líquida	(462)	171
4	Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	11.523	(1.680
4	Imposto de renda e contribuição social		
9	Correntes	(4.651)	(628
4	Diferidos	1.073	(1.557
7	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	7.945	(1.557
9	Lucro (prejuízo) por ação atribuível aos acionista		
2	Companhia durante o exercício (expresso em R		
5	Lucro (prejuízo) básico por ação	0,24	(0,05
4 7 9 2 5371	Demonstração do resultado abrangente	2020	2019
7	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	7.945	(1.557
1	Outros resultados abrangentes		,
4	Remensuração de obrigações		
5 7	de benefícios pós-emprego	1.057	_(734
7	Total do resultado abrangente do exercício	9.002	(2.291
q	dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos finar	nceiros clas	sificados
<u>9</u> 8	mensurados ao custo amortizado são mantidos	em plano	de negóci
1	com o objetivo de manter ativos financeiros de n		
	caixa contratuais enquanto ativos financeiros cla	ssificados e	mensur

9	Demonstração das mutações no patrimônio líquido									
5 (0) 15				Ajuste de aval patrimor		Res	erva de lucr	os	Lucros	
86)		Capital social		Reserva de reavaliações		Legal	Retenção de lucros	Total	(Prejuízos) acumulados	Total do Patri- mônio Líquido
6)	Saldos em 31 de dezembro de 2018	46.191	81	24.118	2.912	3.631	39.274	42.905	-	116.207
4)	Remensuração de obrigações				(30.4)					(=0.4)
11)	de benefícios pós emprego	-	-	(4.400)	(734)	-	-	-	4 400	(734)
7	Realização da reserva de reavaliação	-	_	(1.126)	-	_	-	-	1.126	-
30)	Realização dos tributos diferidos			202					(000)	
(8)	sobre a reserva de reavaliação	-	-	383	-	-	-	-	(383)	(4.557)
	Prejuízo do exercício Destinação sujeita à aprovação:	-	-	_	-	-	-	-	(1.557)	(1.557)
5 <u>1</u> 57)	Reserva de retenção de lucros						(814)	(814)	814	
<u>"</u>	Saldos em 31 de dezembro de 2019	46,191	81	23.375	2.178	3.631	38,460	42.091	014	113.916
	Remensuração de obrigações	40.131	01	20.070	2.170	0.001	30.400	42.031	_	110.010
)5)	de benefícios pós emprego	_	_	_	1.057	_	_	_	_	1.057
9	Realização da reserva de reavaliação	_	_	(1.062)	1.007	_	_	_	1.062	1.007
7)	Realização dos tributos diferidos			(1.002)					1.002	
)/)	sobre a reserva de reavaliação	_	_	361	_	_	_	_	(361)	_
	Lucro Líquido do exercício	_	_	_	_	_	_	_	7.945	7.945
141	Destinações:	_	-	_	_	_	_	_	-	-
(4) (1) (6) (6)	Reserva legal	_	-	_	_	432	_	432	(432)	-
≝	Dividendos propostos do exercício	-	-	-	-	_	-	-	(2.054)	(2.054)
	Destinação sujeita à aprovação:	-	-	-	-	-	-	-	, ,	,,
cio	Reserva de retenção de lucros						6.160	6.160	(6.160)	
de	Saldos em 31 de dezembro de 2020	46.191	81	22.674	3.235	4.063	44.620	48.683		120.864
ra-I	luma afatina fi inalufala asasa dasasa	- Eneman				daradaa .			luniniatus a ã a O	7 Imabilizada

Ajustes Pis e Cofins sobre ativos de direito de uso 466 13.057 Depreciações e amortizações Provisões para PDD (63) (1.083) 1.728 444 2.628 2.123 Juros, variações monetárias e cambiais Provisões (reversão) para contingência Efeito da avaliação atuarial do plano de saúde Valor residual do ativo imobilizado baixado 189 177 178 378 Variação nos ativos e passivos (6.752) 14.886 (6.752) 14.886 (23.824) (5.805) 617 (831) 1.030 (958) (423) (216) 23.672 (5.986) 117 (146) (1.110) 97 (276) (716) (253) (342) 22.504 12.969 (934) (170) Estoques mpostos a recuperar Dutros créditos Depósitos judiciais Impostos e contribuições a pagar Salários, férias e encargos Outras contas a pagar (170) (251) Juros pagos financiamentos (934) (471) Juros pagos arrendamentos Imposto de renda e contribuição social pagos

de e um passivo franceiro ou instrumento patrimonial de outra entidade la játos granceiros. Recombienmento micial e mensurquisco. Alores a receber de clientes es purpor instrumento patrimonial que mensurquisco a constancia compendade do disposición. Alores dissassivos mensurados a couta son montados, a valor pistos por melo do se subsecuente a provado com subsenio de caixa confirmento incial, como subsenio de caixa confirmento de cutor essultados abrangentes e av valor justo por melo do se subsecuente de cutor essultados abrangentes e av valor justo por melo do resultado, passivos E- precisiones de caixa confirmento de cutor essultados abrangentes e av valor justo por melo do se subsecuente a confirmento de cutor essultados abrangentes e av valor justo por melo do sessiblicados, no recombiemento inicial, como de caixa encentrate de cutor essultados abrangentes e av valor justo por melo do resultado, passivos E- precisione de caixa encentrate do particio de completados e participados de compensator de cutor subsetiva de caixa confirmation de cutor subsetiva de caixa confirmation de cutor subsetiva de caixa confirmation de cutor de caixa de caixa confirmation de caixa de caixa confirmation de cutor de caixa confirmation de cutor de caixa de caixa confirmation de caixa confirmation de caixa confirmation de caixa confirmation de caixa de





>>Confinua.
Imam o direito de uso dos ativos subjacentes. Alivos de direito de uso dos ativos subjacentes. Alivos de direito de uso dos ativos subjacentes. Alivos de direito de uso na data de inicio do aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas jugamentos contábeis críticos: Jugamentos: A preparação das de-provisão para impostos sobre a renda. Em munitas operações, a deterarendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponi- seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e e equipamentos (ou demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia re-minicação financeiras dividual de consolidadas da Companhia re-minicação financeiras de paracidamento de curto prazo da paracidamento de curto prazo da rendamento de curto prazo da rendamento de curto prazo da rend

sex recipromate, a qualitation for outsigned from the international designation in confidence of the c

Ibovespa fecha no azul após sessão volátil, mas com volume fraco

Ibovespa mais volátil nesta quarta-feira, fechando com uma alta marginal, mas com o volume no pregão novamente mais fraco, enquanto agentes financeiros continuam no aguardo de definições relacionadas ao Orçamento e medidas contra a pandemia de coronavírus.

Índice de referência do mercado acionário brasileiro, o Ibovespa subiu 0,08%, a 117.591,68 pontos, de acordo com dados preliminares. Na máxima da sessão, chegou a

abril, a média é de 26,2 bilhões de reais.

Volátil, dólar recua em meio à alta leve dos juros dos Treasuries longos



dólar está instável no mercado à vista na manhã desta quarta-feira, 7. Após abrir com viés de baixa alinhado à queda do índice DXY do dólar ante divisas principais mais cedo, a moeda americana subiu de forma pontual acompanhando a alta frente pares emergentes do real. Contudo, o dólar retomou a queda frente o real em meio a um avanço leve dos juros dos Treasuries longos 118.303,28 pontos. Na mí- nesta manhã, que limita ainda nima, a 116.747,95 pontos. a valorização frente outras di-O volume financeiro so- visas emergentes. Às 9h39, o mava 26,7 bilhões de reais, juro da T-Note 10 anos subia abaixo da média diária de a 1,6615, ante 1,6510% no 36,7 bilhões de reais no ano fim da tarde anterior; o retore de 36,9 bilhões em março. no do T-Bond 30 anos estava Nos primeiros pregões de em 2,3332%, ante 2,3140%. O Índice Geral de Pre-

> ços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) de março veio IstoéDinheiro

abaixo do piso das estimativas do mercado e fica em segundo plano. Há ainda um pano de fundo de cautela fiscal, que ajuda a contém a perda do dólar, diante da indefinição de como ficará o Orçamento de 2021 e das perspectivas de agravamento da pandemia de covid-19

no Brasil ainda este mês. O IGP-DI registrou alta de 2,17% em março, após um avanço de 2,71% em fevereiro, segundo a Fundação Getulio Vargas (FGV). O resultado do indicador ficou abaixo do intervalo das previsões do mercado financeiro, que estimavam uma alta desde 2,35% a 3,08%, com mediana positiva de 2,54%, de acordo com as instituições ouvidas pelo Estadão/Broadcast.

Fast Shop S.A.

CNPJ/MF n° 43.708.379/0001-00 – NIRE 35.300.374.037

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de maio de 2020

1. Data e Local: 20/05/2020, às 10:00 horas, na sede social, em São Paulo, S.P. na Avenida Zaki Narchi, 1664, sobreloja.

2. Presenças: Presente acionista representando a totalidade do capital social. 3. Mesa: Presidente: Sr. Milton Kazuyuki Kakumoto. Secretário: Sr. Julio Atsushi Kakumoto. 4. Publicações: Fol dispensada a publicação de Edital de Convocação, nos termos do artigo 124, §4 de Lei 6.40476, por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas, bem como a Lista de Presença anexa à reseante Ats. ("Anexe") ("5. Extranda Ats."), parapimidade, anguedas a laventure da ata em forma da surátir pos termos presente Ata ("Anexo I"). 5. **Forma da Ata:** À unanimidade, aprovada a lavratura da ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, §§ 1º e 2º da Lei nº 6.404/76. 6. **Ordem do Dia:** a. Alteração do Estatuto Social para criação da Diretoria de ou artigo 130, §§ 1 ° 2 ° da Lei n° 6,4047/5. 6. Urden do Diaz a. Alleração do Estatuto Social para chação do Diretor de Marketplace e do respectivo cargo de Diretor de Marketplace; b. Aprovação da elejão do Diretor de Negócios e Comercial, do Diretor de Marketplace e do Diretor de Marketplace e do Diretor de Marketplace; c. Retificação da deliberação prevista no item 5, (v) e (v) da Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27/02/2019, registrada em sessão do dia 28/03/2019, sob o número 0.289.976-19-4, para fins de correção do número de R6 dos Diretores Edson Nobuo Shimada e Eduardo Schreiner Salem. d. Consolidar o Estatuto Social. 7. **Deliberações:** Após postas em exame, discussão e votação, as matérias da Ordem do Dia tiveram as seguintes deliberações: Apos poisas em exame, inscussad e votação, as intaetas da Ordem do Dia tiveram as seguintes deliberações, tomadas por unanimidade: a. Aprovada a criação da Diretoria de Marketplace e do cargo de Diretor de Marketplace. Em virtude disto, aprovadas as alterações das seguintes disposições do Estatuto Social: i. Alteração do Artigo 14 o Estatuto Social: a viger com a seguinte redação: "**Artigo 1**4. A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 membros e, no máximo, por 15 membros, pessoas naturais, acionistas ou não, residentes no País, sendo 1 Diretor Presidente, 1 Diretor Vice-Presidente, 1 Diretor Financeiro, 1 Diretor de Negócios e Comercial, 1 Diretor Comercial de Serviços, 1 Diretor de Engenharia, 1 Diretor de Operações e Expansão, 1 Diretor de Marketing, 1 Direto Diretor Confectal con Serviços. I pretor de Engelmana, i Diretor de Operações e expansao, i Diretor de Marketing, i Diretor de Canais Virtuais, 1 Diretor de Logistica, Instalação e Supply, 1 Diretor de Gente & Gestão, 1 Diretor de Controladoria, 1 Diretor de Auditoria Interna, 1 Diretor de Tecnologia da Informação e 1 Diretor de Marketplace, sendo que todos serão eleitos e destituídos pela assembleia de acionistas, com mandato unificado de 03 anos, admitidas sucessivas reeleições. Tis. Alteração do Artigo 18 do Estatuto Social, para inclusão do § 15°, passando a viger com a seguinte redação: § 15°, Ao Diretor de Marketplace: (a) definir e implementar a estratégia de gestão do canal de marketplace e de negócios da Ao Diretor de Marketplace: (a) definir e implementar a estratégia de gestão do canal de marketplace e de negócios da Companhia; (b) dirigir e gerenciar o canal de marketplace de negócios da Companhia; (c) coordenar e supervisionar, em conjunto com a Diretoria de Tecnologia da Informação, o funcionamento do canal de marketplace; (d) implementar e assegurar o cumprimento das tecnologias de vendas no canal de marketplace desenvolvidas pela Diretoria de Tecnologia de Informação, e (e) coordenar e supervisionar, conjuntamente com a Diretoria Financeira, os processos de administração e fluxo de pagamento das empresas vinculadas ao canal de marketplace; (f) criar, implantar e acompanhar o cumprimento de normas e políticas de sua área de atuação." iii. Alteração do § 9°, do Artigo 18, do Estatuto Social da Companhia, para o que segue: "§ 9°. Ao Diretor de Canais Virtuais: (a) dirigir e gerenciar os canais de vendas online (lojas virtuais) relevendas e de vendas corporativas da Companhia; (b) em conjunto com a Diretoria de TI, coordenar e supervisionar funcionamento dos canais virtuais e televendas; (c) coordenar, implementar e supervisionar ações de marketing nos canais virtuais da Companhia, conforme planejamento de marketing aprovado pela Presidência; (d) garantir a implementação e o fiel cumprimento das tecnologias de vendas nos canais virtuais desenvolvidas pela Diretoria de TI; (e) acompanhar o controle de estoque e das operações nos canais virtuais, desde a expedição até a pós-venda, incluindo políticas de trocas controle de estoque e das operações nos canais virtuais, desde a expedição até a pós-venda, incluindo políticas de trocas ou devolução de produtos e relacionamento com os clientes; e (f) criar, implantar e acompanhar o cumprimento de norma e políticas de sua área de atuação." Iv. Alteração do Item (I) do Artigo 19, do Estatuto Social da Companhia, para o que segue: "Artigo 19. Observadas as disposições do presente Estatuto Social, a Companhia erá considerada validamente borigada e representada da seguinte forma: (I) para atos que não envolvam nenhum valor mortário, ou aqueles que envolvam valores monetários entre R\$ 0,01 e R\$ 2.000.000,00, pelo: (a) Diretor Presidente em conjunto com o Diretor da respectiva área responsável pelo assunto, para documentos e atos relativos às Diretorias: Financeira; de Negócios e Comercial; de Comercial de Serviços; de Operações e Expansão; de Marketing; de Canals Virtuais; de Logistica, Instalação e Supply; de Gente & Gestão; de Tecnologia da Informação; e de Marketplace, observada a exceção do item (vi) abaixo; ou (b) Diretor Vice-Presidente em conjunto com o Diretor da respectiva área responsável pelo assunto, para documentos e atos relativos às Diretorias de: Engenharía; Controladoria; e Auditoria Interna, observada a exceção do item (vi) abaixo; b. Aprovar a eleição dos senhores: i. Sr. Luis Fernando de Oliveira Barreiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 29415254 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 273.128.948-10, aos cargos de Diretor de Negócios e Comercial e Diretor de Marketplace; e ii. Sr. Eduardo Schreiner Salem, portador do RG nº 23408898 SSP/SP, Inscrito no CPF/MF sob o nº 273.128.948-10, aos cargos de Diretor de Negócios e Comercial e Diretor de Marketplace; e ii. Sr. Eduardo Schreiner Salem, portador do RG nº 23408898 SSP/SP, Inscrito no CPF/MF sob o nº 058.386.358-27, ao cargo de Diretor de Operações e Expansão; (v) Eduardo Schreiner Salem, portador do RG nº 37486290 SSP/SP, Inscrito no CPF/MF sob o nº 058.386.358-27, ao cargo de Diretor de Operações e Expansão; (v) Eduardo Schreiner Salem, portador do RG nº 23408898 SSP/SP, Inscrito no CPF/MF sob o nº 058.386.358-27, ao cargo de Diretor de Operações e Expansão; (v) Eduardo Schreiner Salem, portador do RG nº 23408898 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 276.220.088-18, ao cargo de Diretor de Canais Virtuais; "d. Aprovar a consolidação do Estatuto Social, que passará a vigorar com a redação constante do Anexo II. 8. Declarações: Os membros da Diretoria ora eleitos declararam, para os devidos fins, nos termos do disposto no artigo 147, § 1º da Lei 6.404/76, que não estão incursos em nenhum crime que os impeçam de exercer atividade mercantili, e não foram condenados ou estão sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, pei ercial; de Comercial de Serviços; de Operações e Expansão; de Marketing; de Canais Virtuais; de Logística, Instalaçã uúblicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular ontra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fe pública ou a propriedade. Os Diretores ora eleitos assinam os respectivos Termos de Posse (Anexo III) na presente data nos termos do disposto no artigo 147, § 1º da Lei Federal nº 6.404/76. 9. Encerramento: Oferecida a palavra a quem dela quiesesse fazer uso, foram encerrados os trabalhos e suspensa a Assembleia pelo tempo necessário para a lavratura desta ata, a qual, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo, 20/05/2020. Assinaturas **Mesa:** Milton Kazuyuki Kakumoto – Presidente; Julio Atsushi Kakumoto – Secretário. **Acionistas: Fastpar Holding S.A** Milton Kazuyuki Kakumoto; Julio Atsushi Kakumoto. **Julio Atsushi Kakumoto.** JUCESP – Registrado sob o nº 303.205/20-9 em 12/08/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

> Toriba Administração de Patrimônio S.A.
> CNPJ/ME nº 07.706.705/0001-78 Edital de Convocação de Acionistas

Ficam convocados os Srs. acionistas a participarem, sob a forma exclusivamente DIGITAL, conforme disposição da IN DREI nº 81/2020 no **dia 06/05/2021, às 10:00 horas**, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **AGO:** a) prestação de contas dos Administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findo em 31/12/2020; b) deliberação sobre a destinação do resultado dos exercícios findos; c) Eleição dos membros da Diretoria AGE: a) alteração do endereço da sede da Companhia; b) Outros assuntos de interesse social. Informamos que, nos termo Ada. Ja atentado o indetego de seue do companina, p) como assumtos en mercases acidan informativa DREI nº 81/2020: (i) as Assembleias serão realizadas sob a forma DicitAt, por sistema eletrônico de videoconferência *Google Meets*, dotado de segurança, transparência e confiabilidade, o qual permitirá a participação e otação dos acionistas a distância; e (ii) os conclaves serão gravados integralmente, cuja cópia ficará arquivado na sedo da Companhia. Campinas, 05/04/2020. **Roberto de Mello Mattos Haaland** – Presidente (06, 07 e 08/04/2021)

Data Mercantil A melhor opção para sua empresa Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br

08.04.21.indd 9 07/04/2021 19:49:47

GLP O Participações S.A. CNPJ/ME nº 26.166.057/0001-59 – NIRE 35.300.530.489 Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 05 de junho de 2020

1. Data, Hora e Locai: Em 05/06/2020, às 09.40 horas, na sede da Companhia, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n° 3.900, conjunto 501, Edificio Pedro Mariz – Birmann 31, Itaim Bibi, São Paulo-SP 2. Presença e Convocação: Dispensada a convocação, face à presença de acionistas representando 100% do capital social. 3. Mesa: Presidente: Dani Ajbeszyc; e Secretário: Rômulo Otoní Andrade. 4. Deliberações: Os presentes aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas, as matérias indicadas na ordem do dia, conforme segue: (i) as demonstrações financeiras da Companhia e as contas da administração relativas ao exercício social findo em 31/12/2019 publicadas nos jornais DDE-SP e Data Mercantil, com a dispensa da observação do prazo estipulado no Artigo 133, caput, da Lei 6.404/76. (ii) em função do resultado negativo apurado no exercício social findo em 31/12/2019, avaliado em R\$ 247.782,16, não haverá distribuição de dividendos, sendo o resultado negativo destinado à conta de prejuízos acumulados da Companhia. (iii) reelejão dos seguintes Diretores da o resultado negativo destinado a conta de prejuzos acumulados da Companhia, (iii) releierção dos seguintes Diretores da Companhia, para os seguintes cargos (a) Mauro Diveira Dias, portador do RG nº 28.855.146-8 DIC/RJ e CPF/ME sob o nº 820.424.547-53, para o cargo de <u>Diretor Presidente</u>; (b) Cleber Saccoman, portador do RG nº 22.142.519-6 SSP-SP e CPF/ME sob o nº 177.408.698-05, para o cargo de <u>Diretor sem designação específica</u>; (c) **Dani Ajbeszye**, portador do RG nº 84.428.539 SSP/SP e CPF/ME sob o nº 250.951.278-14, para o cargo de <u>Diretor Financeiro</u>; e (d) **Brian Augustine Kieran**, inscrito no RNE sob o nº V793950-R e CPF/ME sob o nº 234.951.778-09, para o cargo de <u>Diretor sem designação específica</u> e (e) Mariana Ester Tonelli Ventura Minitzky, portadora do RG nº 32.123.341-4 SSP/SP e CPF/ME sob o nº 219.821.388-89, para o cargo do <u>Diretor sem designação específica</u> e (e) Mariana ester Tonelli Ventura Minintziy, portadora do No. 17 52.123.341-4 SSP/SP e CPP/ME sob o nº 219.621.389-58, para o cargo de <u>Diretora sem designação específica</u>: com mandatos de 2 anos. A eleição de <u>Diretora sem designação específica</u>, portador do RG nº 29.557.015-5 SSP-SP e CPF/ME sob o nº 218.755.068-02, para o cargo de <u>Diretor sem designação específica</u>, para um mandato de 2 anos. Os Diretores ora eleitos ou reeleitos assinaram nesta data seus respectivos termos de posse, que se encontram arquivados na sede da Companhia e lavrados em livro próprio, nos quais foram prestadas as declarações exigidas em lei aplicável. (iv) destituição dos diretores **Ricardo Gianotti Antoneli** e **Rômulo Otoni Andrade**, em razão do fim de seu mandato. A Companhia outorga aos diretores ora destituídos plena, rasa e irrevogável quitação para nada mais reclamar dos diretores destituídos, relativamente ao período em que ocuparam os cargos na sua diretoria. (v) consignação da modificação do jornal de grande circulação onde são realizadas as publicações da Companhia que, a partir de 01/01/2020, foram realizadas no jornal Data Mercantil, tendo sido dispensado pelos acionistas, de forma unânime, o aviso precedendo tal modificação do, nos termos do Artigo 289, § 2º, da Let das S.A. (vi) modificação duração do mandato dos diretores, que passa a durar 2 anos, passando o Artigo 15 do estatuto social a ter a redação constante do Anexo I a esta ata. (vii) a emissão de 20.541.689 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de subscrição total de R\$ 20.541.689,00, subscritas pelo acionista GLP Investimentos V Fundo de Investimento em Participações – Multiesratégia, a serem integralizadas em moeda corrente nacional até 31/12/2021. O preço de emissão das ações será destinado da seguinte forma: (i) R\$ 20.540.689,00 à reserva de capital e (ii) R\$ 1.000,00 à conta de capital social, de forma que o capital social da Companhia passa a ser de R\$ 519.965,00, representado por 21.060.654 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em razão das deliberações acima, o artigo 5º do Estatuto Social passa a viger com a seguinte redação: Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R\$ 519.965,00, representado por 21.060.654 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. (viii) consolidação do estatuto social da Companhia, que passa a viger com a redação constante do Anexo I a esta ata. 5. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 05/06/2020. Mesa: Dani Ajbeszyc — Presidente; Rômulo Otoni Andrade — Secretário. Aclonista: GLP Investimentos V Fundo de Investimento em Participações — Multiestratégia, Dani Ajbeszyc, Rômulo Otoni Andrade. Anexo I — Estatuto Social. Capítulo I — Da Benominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1. A GLP O Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima regida pelo disposto neste estatuto, pelos acordos de acionistas arquivados em sua sede social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). Artigo 2. A Companhia tem sua sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, conjunto 501, efficio Pedro Mariz – Birmann 31, Itaim Bibi, São Paulo-SP, podendo abrir filiais, agências ou representações em qualquer localidade do País ou do exterior, mediante deliberação da Diretoria. Artigo 3. A Companhia tem por objeto: (a) o investimento e a participação em outras sociedades, empreendimentos e outras formas de associação, como sócia, acionista ou quotista (b) promover e incorporar empreendimentos imobiliários próprios de qualquer natureza; (c) alienar, adquirir, locar e adminis (o) promover e incipio at empreendimentos intolinarios priorios de qualquer natureza; (d) desenvolver e implementar estratégias de marketing relativas a empreendimentos imobiliários próprios; e (e) participação em outras sociedades, no Brasil ou no exterior, como sócia, quotista ou acionista, inclusive em sociedades que operem concessões rodoviárias, ferroviárias, portuárias e aeroportuárias. Artigo 4. O prazo de duração da Companhia é indeterminado. Capítulo II. Do Capítal. Artigo 5. O capital social da Companhia é de R\$ 519.965,00, representado por 21.060.654 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. § Único. Todas as despesas com o desdobramento ou a substituição de títulos representativos de ações correrão por conta dos acionistas. Artigo 6. Os acionistas têm preferência para a subscrição de novas ações, na proporção das ações já possuídas anteriormente, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Artigo 7. A ação é indivisível perante a Companhia, e a cada ação corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. Artigo 8. Durante o prazo de duração da Companhia será vedada a emissão de partes beneficiárias, inexistindo, igualmente, títulos dessa espécie em circulação. Artigo 9. No caso de abertura de seu capital, a Companhia deverá aderir a segmento especial de bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governanca corporativa previstos de baícao organizado que assegure, no mínimo, os niveis direrenciados de praticas de governança corporativa previstore, neste estaturio social, notadamente aquelas mencionadas nos Artigos 8, 23, 25 e 28 deste Estatutio e, quando existente, o estabelecimento de um mandato unificado de até 02 anos para todo o conselho de administração da Companhia. Capítulo III. Das Assembleias Gerais. Artigo 10. A assembleia gerai reunir-se-à ordinariamente uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do ano social, e, extraordinariamente sempre que houver necessidade. Artigo 11. As assembleias gerais serão presididas por um acionista ou diretor escolhido na ocasião pela maioria dos acionistas presentes. Ao presidente da serato presidudas por um actorista ou diretor escolindo i adocastad pera matoria dos actoristas presentes. An presidente assembleia caberá a escolina do secretário. **Artigo 12.** Os acionistas poderão votar as matérias submetidas às assembleias: (a) pessoalmente; (b) por procurador, na forma do artigo 126, § 1°, da Lei das Sociedades por Ações; (c) por telefone; (d) por videoconferência; (e) por fac-simile; (f) por correio; (g) por *e-mail*; ou (h) por qualquer outro meio legal por que se possa expressar validamente suas opiniões, desde que, nas hipóteses das alineas (c) a (h), acima, uma cópia da ata da assembleia seja assinada individualmente pelos acionistas e enviada por fac-simile ou por *e-mail* no mesmo dia da assembleia e o respectivo original seja posteriormente assinado por todos os acionistas que comparecerem à referida assembleia. **Artigo** 13. Os acionistas reunir-se-ão extraordinariamente sempre que necessário, observadas as regras da Lei das Sociedades por 13. Os acionistas reunir-se-ao extraordinariamente sempre que necessario, observadas as regras da Let das sociedades por Ações, endo certo que as seguintes matérias estarão sujeitas à aprovação dos acionistas: (a) todas as matérias determinadas na Lei das Sociedades por Ações; (b) deliberar sobre metas e diretrizes de investimento e desinvestimento da Companhia; bem como sobre as políticas empresariais e objetivos gerais dos respectivos investimentos pela Companhia; (c) deliberar sobre a realização de qualquer acordo ou operação, tendo por objeto a constituição, desconstituição, substituição ou liberação de qualsquer garantias reais ou pessoais, pela Companhia e suas controladas, no todo ou em parte, relacionadas aos investimentos na Companhia; (d) aprovar despesas de auditorias fiscais, legais, contábeis, tecnológicas e ambientais que tatalizam en conjunta e por exercíse eccil, mais de 82.20.000.00 (c) exercíse de direito de unto conferido por conferido investimentos na Companhia; (d) aprovar despesas de auditorias fiscais, legais, contabeis, tecnológicas e ambientais que totalizem, em conjunto e por exercicio social, mais de R\$ 200.000,00; (e) exercicio do direito de voto conferido por ações ou quotas detidas em outras sociedades; (f) liquidação voluntária, dissolução ou extinção da Companhia, ou pedido voluntário de recuperação extrajudicial, recuperação judicial e/ou falência da Companhia; (g) transformação, fusão, incorporação, cisão ou qualquer outra operação de reorganização societária envolvendo a Companhia; (h) abertura opital social da Companhia; (i) eleição e destituição dos membros da Diretoria da Companhia e fixação das respectivas atribuições e designações; (j) aprovação das contas dos administradores e das demonstrações financeiras por eles apresentadas e devidamente auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários, bem como a aprovação da destina-ção a ser dada ao lucro líquido do exercício; (k) forma de distribuição e o montante global da remuneração dos administra-dores da Companhia; (l) aumento e/ou redução do capital social e da quantidade de ações de emissão do Companhia, fixando as condições de emissão e de colocação das ações; (m) aprovar a contratação de operações entre a Companhia, os acionistas diretos ou indiretos, ou entre a Companhia e pessoa física ou jurídica relacionada a qualquer desses acionistas ou, inida, entre a Companhia e os membros da Diretoria, do Conselho de Administração, se houver, ou empregados e outros colaboradores da Companhia; (n) a contratação ou destituição de auditores independentes da Companhia ou de controladas e subsidiárias; (o) autorizar a Companhia a proceder à compra de ações de sua própria emissão para cancelamento ou manutenção em tesouraria, observados os dispositivos legais aplicáveis; (p) determinar o voto a ser proferido pela Companhia nas assembleias gerais ou reuniões de sócios das sociedades das quais a Companhia seja acionista ou sócia, bem como na interestina de la companhia esta de consecuence de la companhia seja acionista ou sócia, bem como na interestina de la companhia esta de consecuence de la companhia seja acionista ou sócia, bem como na interestina de la companhia esta de la consecuence de la companhia seja acionista ou sócia, bem como na interestina de la companhia esta de la consecuence de la companhia esta acionista ou sócia, bem como na interestina de la companhia esta de la consecuence de la companhia esta acionista ou sócia, bem como na interestina de la companhia esta de la companhia esta acionista de la companhia esta acionista de la companhia esta consecuence de la companhia esta de la companhia esta de la companhia esta consecuence de la companhia esta de la consecuence de la companhia esta de la consecuence de la companhia esta de la companhia esta de la consecuence de la companhia esta de la consecuence de la companhia esta de la companhia esta de la consecuence de la companhia esta de la consecuence de la companhia esta de la consecuence de la companhia esta de la companhia esta de la companhia esta de la companhia esta de la consecuence de la compa nas assembleias gui also di reulmos de socios das Sociedades das Quals a Companhia seja actorista du socio, peri comi instrução de voto a ser fornecida aos administradores de tais sociedades; (q) aprovar a realização de quaisquer negócios ou atividades fora do curso normal dos negócios da Companhia; (r) adoção de medidas judiciais e extrajudiciais na defesa dos interesses da Companhia, direta ou indiretamente envolvendo valores superiores a 1% do valor do capital social da Companhia; (s) contratação de laudo de avaliação para avaliação econômica (valuation) da Companhia ou das sociedades nas quais a Companhia tenha participação. § 1º. A assembleia geral deverá ser convocada na forma da lei, mediante correspondência encaminhada aos acionistas, com antecedência de, pelo menos, 8 dias, para a primeira convocação, e 5 dias para a segunda. § 2º. Ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembleia geral instalar-se-à, em primeira convocação, com a resesenca de acionistas que representem, no mínimo 1/4 do capital social com direito de voto: em segunda convocação.

4º. As deliberações da assembleia geral, ressalvadas as exceções previstas em lei ou neste estatuto, serão tomadas po aioria absoluta de votos dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco. **Capítulo IV. Da Administraçã**c Artigo 14. A Companhia será administrada por uma Diretoria constituída por, no mínimo, 2 e, no máximo, 7 diretore acionistas ou não, residentes on País, eleitos pela assembleia geral. Dos diretores, um será o Diretor Presidente, outro, o Diretor Financeiro, e os demais não terão designação específica. Artigo 15. Os diretores terão prazo de mandato de 2 anos sendo que, de qualquer forma, os diretores deverão permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores. Admite-se a reeleição. § Unico. A remuneração dos diretores será estabelecida pela assembleia geral. Artigo 16. Ocorrendo vacância, por qualquer motivo, de cargo de diretor, qualquer diretor remanescente deverá convocar assim que possível uma assembleia geral, cuja ordem do dia será deliberar sobre a eleição do substituto. **Artigo 17**. Nas ausências ou impedimento temporários de qualquer diretor, este, sujeito o ato à aprovação da Diretoria, poderá indicar um substituto para servir durante sua ausência ou impedimento. O substituto do diretor exercerá todas as funções e terá os poderes, direitos e deverse do diretor substitutido. Artigo 18. A Diretoria reunir-se-à sempre que necessário. As reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, pelo diretor que na ocasião for escolhido, serão instaladas com a presença da maioria dos diretores em exercício, e deliberarão pela maioria dos votos dos diretores presentes. Artigo 19. Compete a qualquer mem bro da Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou por este estatuto, atribuída a competência à assembleia geral. Seus poderes incluem, entre outros, os suficientes para: (a) zelar pela observância da lei deste estatuto; (b) zelan pelo cumprimento das deliberações tomadas nas assembleias gerais e nas suas próprias reuniões; (c) administrar, gerir e superintender os negócios sociais; (d) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários e (e) distribuir, entre seus membros, as funções da administração da Companhia. **Artigo 20**. As escrituras públicas de qualquer natureza, as letras de câmbio, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer outros documentos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia serão obrigatoriamente assinados: (a) <u>para a prática de atos que envolvam valores superiores a R\$ 250.000.00</u>, conjuntamente: (i) pelo Diretor Presidente e por outro Diretor, inclusive o Diretor Presidente; ou (iii) po qualquer Diretor com um procurador, nomeado nos termos do § 1º abaixo e de acordo com os poderes outorgados nos respectivos instrumentos de mandato, sendo que os diretores ou procuradores que porventura tenham, entre si, víncul respectivos historientos de minotato, sento que os diretores ou procuratores que proventura tennam, entre si, vinco conjugal, relação estável ou qualquer grau de parentesco não poderão praticar atos conjuntamente, apenas mediante a assinatura com outro diretor ou procurador não vinculado; (b) <u>para a prática de atos que envolvam valores iguais ou inferio-res a RS 250.000,00</u>, conjuntamente: (i) por quaisquer dois Diretores; ou (ii) por qualquer Diretor com um procurador nomeado nos termos do § 1º abaixo e de acordo com os poderes outorgados nos respectivos instrumentos de mandato sendo que os diretores ou procuradores que porventura tenham, entre si, vinculo conjugal, relação estável ou qualquer graude parentesco não poderão praticar atos conjuntamente, apenas mediante a assinatura com outro diretor ou procurador não de parentesco nao poderao praticar atos conjuntamente, apenas mediante a assinatura com outro diretor ou procurador nativinculado; e (c) para a prática de atos que envolvam valores íguais ou inferiores a R\$ 5.00.00.00, conjuntamente: (i) po quaisquer dois Diretores; ou (ii) por quaiquer Diretor com um procurador, nomeado nos termos do § 1º abaixo e de acordo com os poderes outorgados nos respectivos instrumentos de mandato, ou (iii) por dois procuradores, nomeados nos termos do § 1º abaixo e de acordo com os poderes outorgados nos respectivos instrumentos de mandato, sendo que os diretores ou procuradores que porventura tenham, entre si, vínculo conjugal, relação estável ou qualquer grau de parentesco rás condesion sobre considerador a considerador con considerador de con poderão praticar atos conjuntamente, apenas mediante a assinatura com outro diretor ou procurador não vinculado. § 1º. As poderad praticar aus conjuntamente, apenas mediante a assinatara com outro diretor di procuração su procuração solutorgadas pela Companhia serão sempre assinadas por 2 Diretores, respeitado o disposto no artigo 20 acima devendo específicar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado a 1 ano, exceto no caso de mandate judicial, que poderá ser por prazo indeterminado, observado que na outorga de procuração para prática de atos de valores superiores a R\$ 250.000,00 a Companhia deverá necessariamente ser representada por meio de: (a) assinatura conjunta do Diretor Presidente e de outro Diretor, inclusive o Diretor Financeiro; ou (b) assinatura conjunta do Diretor Financeiro e de outro Diretor, inclusive o Diretor Presidente. Artigo 21. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer diretor, procurador ou empregado, que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela assembleia geral. § Único. Na hipótese de constatação do descumprimento de qualquer disposição deste estatuto por quaisquer dos diretores, ficam os diretores obrigados a dar ciência aos acionistas do referido descumprimento, imediatamente quando da sua ciência. Capítulo V. Do Conselho Fiscal. Artigo 22. O Conselh Fiscal da Companhia, que será integrado por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, funciona permanente e será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. Capítulo VI. Das Relações com os Acionistas e partes Relacionadas. Artigo 23. Todo e qualquer acordo de acionistas existente entre os acionistas da Companhia, bem como os contratos com partes relacionadas e programas de aquisão de ações e de outros títulos e valores mobiliários da Companhia, deverão ser arquivados na sede social da Companhia e postos à disposição de qualquer acionista da Companhia que deseje ter acesso ao seu conteúdo. Capítulo VII. Do Exercício Social, do Balanço do Lucro. Artigo 24. O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Artigo 25 Ao fim de cada exercício, serão elaboradas as demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes, as quais deverão ser auditadas por auditores independentes devidamente registrados na Comisão de Valores Mobiliários observadas as normas então vigentes. Artigo 26. O lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento. § 1º. Aos acionis tas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício tas e assegurado o unenta da recemiento de un invitaciona dirial da constituição da reserva legal; (b) importância destinada à constituição da reserva legal; (b) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (c) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realiza dos no exercício. § 2º. A assembleia geral poderá deliberar acerca da distribuição de dividendo interior ao obrigatório, nos termos do artigo 202, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, § 3º. A Companhia poderá levantar balanços intermediários de contra cont intercalares ou em períodos menores e, com base nesses balanços, distribuir lucros, por deliberação da assembleia geral.

No encerramento de cada exercício social, será procedido eventual acerto, para mais ou para menos, de acordo com as distribuições intermediárias realizadas durante o período, § 4º. A Companhia poderá distribuir e pagar juros sobre o capital próprio, conforme deliberação da assembleia geral. Capítulo VIII. Da Liquidação. Artigo 27. A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, competindo à assembleia geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação. Capítulo IX. Arbitragem. Artigo 28. Se quaisquer disputas, conflicto de disputação de conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação. Capítulo IX. Arbitragem. Artigo 28. Se quaisquer disputas, conflicto de disputação de capítulo IX. Arbitragem. Artigo 28. Se quaisquer disputas, capítulos de disputação e capítalo estabelecer a forma de liquidação e capítalo estabelecer a forma de liquidação e capítalo estabelecer a forma de capítalo estab consenior resca que deverad intorional no periodo de inducada. Capitatio X. Abilitagetta. Hatigo 25. Se quasquer disputación conflitios ou discrepâncias ("Conflitio") de qualquer natureza surgirem em relação a este estatuto social, os acionistas deverão utilizar seus melhores esforços para solucionar o Conflitio por meio de discussões amigáveis e de boa fé e, cast falhem em chegar a um consenso, então o Conflitio será solucionado por arbitragem, observadas as disposições dos acordos de acionistas da Companhia devidamente arquivados na sede da Companhia e deste estatuto social. § 1º. A Arbitragem será conduzida na cidade de São Paulo-SP, perante e de acordo com as regras da Câmara de Arbitragem da Câmara de Comércio. Brasil-Canadá ("CCBC"). A Arbitragem será conduzida na língua portuguesa. § 2º. A Arbitragem será conduzida por 3 árbitros A parte reclamante indicará um árbitro e a parte reclamada indicará outro árbitro, nos prazos estabelecidos pelo CCBC. C terceiro árbitro, que atuará como Presidente do Tribunal Arbitral, bem como os árbitros não indicados pelas partes no praze estabelecido, deverão ser indicados de acordo com as regras do CCBC. § 3º Qualquer das acionistas e/ou a Companhis poderá requerer medida liminar ou cautelar ao Poder Judiciário, em caso de urgência. Portanto, adigido de uma medida liminar ou cautelar, seja antes ou depois do início do processo de arbitragem, não deverá ser considerado inconsistente com ou como renúncia a qualquer das disposições contidas neste estatuto social. Para tal finalidade, fice aleito o foro da comarca de São Paulo-SP, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. § 4º. A sentença arbitral será proferida por escrito, indicará suas razões e fundamentos, e será final, vinculante e exequivel contra as partes de acordo com seus termos. A sentença arbitral será tida pelas partes como solução do Conflito entre elas, que deverão aceitar tal sentença arbitral como a verdadeira expressão de sua vontade em relação ao Conflito. O Tribunal Arbitral poderá conceder qualquer podido disposições poderas qualquer estatuto Secula de Conflito medida disponível e apropriada conforme as leis aplicáveis a este estatuto Social. A sentença arbitral poderá incluir dispo sitivo sobre a alocação de custos, inclusive honorários advocatícios razoáveis e despesas. Cada parte deverá arcar com seu sitivo sobre a allocação de custos, inclusive initiorarios advolcaticios razodevis e despesas. Cada parte deverá a trait com seus próprios custos durante a condução da arbitragem, e a parte à qual for proferida uma sentença arbitral desfavorável deverá reembolsar a outra parte por toda e qualquer despesa e custo razoável incorrido, inclusive, mas não limitado a, honorários advocatícios e despesas com viagens, conforme vir a ser estipulado na sentença arbitral. A execução da sentença arbitral poderá ser realizada por qualquer juízo que tenha jurisdição sobre as partes ou seus ativos. § 5°, A lei brasileira será aúnica aplicavel ao mérito de todo e qualquer Conflito, bem como à execução, interpretação e validade deste artigo 28. Artigo 29. Cada uma das partes da arbitragem permanece com o direito de requerer perante o Poder Judiciário com o objetivo exclus de: (i) assegurar a instituição da arbitragem, (ii) obter medidas urgentes necessárias para proteção ou salvaguarda de direitos ou de cunho preparatório previamente à instauração do tribunal arbitrat, e (iii) obter ou garantir a execução especifica das disposições deste estatuto, sem que isso seja interpretado como uma renúncia à arbitragen Quaisquer pedidos ou medidas implementados pelo Poder Judiciário deverão ser imediatamente notificados à CCBC, devendo tal entidade informa ao Tribunal Arbitral, que poderá rever, conceder, manter ou revogar a medida de urgência solicitada. Para o exercício da regular a assembleia geral que comparecerem os acionistas representantes da totalidade do capital social da Companhia.

In the description of the

Bolsas da Europa fecham sem direção única, pressionadas volatilidade em NY

s bolsas da Eufecharam sem direção única nesta quarta-feira, depois de terem oscilado durante o pregão e com certa correção dos ganhos da terça-feira. Os índices acionários do Velho Continente foram pressionados pela volatilidade do mercado de ações em Nova York. Os investidores também avaliaram a divulgação de índices de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) de países da região.

Com isso, o índice pan--europeu Stoxx 600 encerrou a sessão com perda de 0,22%, aos 434,32 pontos.

O FTSE 100, de Londres, foi um dos únicos índices a avançar nesta quarta--feira, com ganho de 0,91%, a 6.885,32 pontos. A alta ocorreu apesar de a Agência Europeia de Medicamentos (EMA, na sigla em inglês) ter confirmado uma possível associação entre a vacina contra covid-19 da AstraZeneca e casos raros de coágulos sanguíneos. No entanto, empresas exportadoras do Reino Unido foram beneficiadas pela desvalorização da libra em relação ao dólar.

No noticiário corporativo, a Royal Dutch Shell estimou que o rigoroso inverno no Estado norte-americano do Texas deverá ter efeito negativo de US\$ 200 milhões em seu lucro ajustado do primeiro trimestre. Apesar do alerta e da queda nos preços do petróleo, a ação da companhia subiu 1,39% no mercado inglês.

Em Lisboa, o PSI 20 também registrou alta, de 0,23%, a 5.025,41 pontos.

Na bolsa de Frankfurt, o DAX caiu 0,24%, a 15.176,36 pontos, puxadas por um recuo de 2,23% nos papeis da Volkswagen.

IstoéDinheiro

Score	Latin Am	nérica	Consultoria e Pro	mocões	s S/A.	- CNPJ/MF nº 03.963.135/000	1-40 =
Demonstrações	Financeiras ref	erentes a	os exercícios sociais encerrados	s em 31 de dez	embro de	2020 e 2019 (Valores expressos E	m Reais
,	Demonstração do Resultado do Exe						
Ativo	31/12/2020	31/12/2019	Passivo	31/12/2020	31/12/2019	,	31/12/
Circulante	19.199.561	17.698.751	Circulante	17.675.653		Receita Bruta	45.253
Caixa e equivalentes de caixa	585.479		Fornecedores	4.587.094	8.136.647	Prestação de Serviços – Mercado Interno	45.253
Contas a receber de clientes	17.885.928		Obrigações Fiscais e Previdenciárias	3.690.675		Deduções da Receita Bruta	
Adiantamento a Terceiros	305.034		Empréstimos – Conta Garantida		772.329	Devoluções e Cancelamentos	
Tributos a recuperar	422.308		Outras Contas a Pagar	3.877.500	3.624.812	Impostos sobre Vendas	(6.468
Estoques			Provisões de Custos e Despesas Gerais	5.520.385	1.550.289	Receita Líquida	38.785
Despesas Antecipadas	813		Não Circulante	17.006	444.385	Custos das Mercadorias/ Produtos e	
Não Circulante	5.519.960		Empréstimos/Mútuo	_	-	Servicos Prestados	(17.029
Depósitos e Cauções	57.526		Outras Obrigações LP		372.523		21.756
Impostos diferidos	3.595.577	3.251.055	Impostos diferidos passivo	17.006	71.862	Despesas (Receitas) – Operacionais	
Imobilizado			Patrimônio Liquido	7.026.861	0.070.733	Despesas e Receitas Operacionais	(15.654
Imobilizado Líquido	1.111.747	1.360.364		5.855.717	3.033.717	l Resultado Einanceiro – Liquido	(138
Intangível			Reserva Legal	1.171.143	1.023.016	Outras Receitas/Despesas	` (1
Intangível Líquido	755.110	1.008.963				Resultado antes do IRPJ e CSLL	5.96
Total do Ativo	24.719.521	23.415.625	Total do Passivo	24.719.521	23.415.625	Contribuição Social	(1.092
Mauro Faustino da	Silva Junior		Glauberto Gonçalves dos Reis			Imposto de Renda	(2.969
Vice-Presidente de Finanças -	– CPF 102.945.168-0	8	Contador – CPF 348.480.668-08 –	CRC 1SP 291.286	/O-2	Impostos Diferidos Resultado	2.13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábe

Vice-Presidente de Finanças – CPF 102.945.168-08

2019 (Valores expressos Em Reais) emonstração do Resultado do Exercício – (Nã cio - (Não Auditado) 31/12/2020 45.253.767 io de Serviços – Mercado Interno es da Receita Bruta ões e Cancelamentos (6.468.181) (5.932.002) sobre Vendas das Mercadorias/ Produtos e (17.029.565) (14.883.681) 21.756.021 20.240.264 as (Receitas) – Operacionais (15.654.763) (11.112.780) is e Receitas Operacionais lo Financeiro – Líquido Receitas/Despe (1.117) **5.961.254** do antes do IRPJ e CSLL 8.405.358 3.961.254 (1.092.098) (2.969.860) 2.131.502 4.030.798 ição Social de Renda (941.970) (2.592.583) 2.165.582 **7.036.387** Lucro Líquido do Exercício

Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br Para a versão online do jornal acesse nosso site:

www.datamercantil.com.br

08 04 21 indd 10 **(** 07/04/2021 19:49:47

IPO's

Acabou a exuberância dos IPOs? Nessa janela na bolsa, é o que parece



guardado como uma das principais captações do começo deste ano, o follow on da empresa de medicina diagnóstica e de hospitais Dasa pretendia levantar R\$ 5,7 bilhões. Mas a realidade foi outra. Precificado na noite de terça-feira, 6 de abril, o re-IPO da companhia movimentou R\$ 3,8 bilhões. E só saiu porque as faixas indicativas foram revisadas para baixo em 10%. Além disso, a família Bueno, que controla a Dasa, entrou com R\$ 500 milhões sob a justificativa de não ser diluída.

Na mesma noite, a LG Informática, empresa que desenvolve software de gestão para recursos humanos, um na fila dos IPOs da B3, iria precificar sua oferta, mas interrompeu sua abertura de capital por até 60 dias. A meta era captar mais de R\$ 800 milhões. Como disse um executivo de um banco de investimento que atuou na oferta: "As condições de mercado se deterioram muito." E complementou: "Os investidores estão preocupados em tomar risco."

Esses dois casos são sinais de que a exuberância de aberturas de capital e de ofertas subsequentes de ações, que já movimentaram mais de R\$ 30 bilhões em 2021, por enquanto, ficou para trás. A janela de IPOs não está fechada, como disseram diversas fontes com quem o dos ativos tech que estavam NeoFeed conversou. Mas, a

partir de agora, as empresas que quiserem seguir adiante com um IPO vão ter de aceitar um desconto pelo ativo e enfrentar investidores menos dispostos a "comprar riscos".

"O mercado está muito seletivo", diz o executivo de uma empresa que desistiu de abrir o capital na atual janela. "O resumo é esse: quem quiser seguir adiante, vai ter de reprecificar. Do contrário, não resta alternativa, a não ser pausar."

Pelo menos 18 empresas desistiram oficialmente de abrir o capital em 2021. São nomes como Kalunga, Tok&Stok, Agrogalaxy, Granbio Investimentos, Rodobens, Kallas Incorporações, Farmácias Nissei, entre outros.

m meio a um mercado de IPO avesso la risco e que já fez muitas vítimas, a Dasa teve que ceder no preço para conseguir precificar sua oferta e saiu a R\$ 58 por ação.

A companhia controlada pela família Bueno levantou R\$ 3,8 bilhões entre a oferta base e o greenshoe, que foi integralmente colocado.

A ampla faixa original, que ia de R\$ 64,90 para R\$ 84,50, foi revista na segunda--feira à noite para R\$ 56,75 a R\$ 60, com a Dasa enfrentando um ambiente que já forçou 18 empresas a adiar suas ofertas e ameaça cancelar outros IPOs do setor.

No final, a companhia precificou no meio da nova faixa, um desconto de 10,6% em relação ao piso da faixa original.

Depois do IPO, Mobly tira os vários planos da gaveta

omo muitos empreendedores, 'Marcelo Marques se acostumou a lidar com desafios quase que diários. Nos últimos anos, porém, sua rotina guardava poucas surpresas. Fundada em 2011 por ele, Victor Noda e Mario Fernandes, a Mobly, startup de móveis e decoração, percorria sua trilha sem grandes sobressaltos.

Tudo mudou em dezembro de 2020, quando a empresa protocolou o registro do seu IPO. "Eu voltei a ter o frio na barriga que há muito tempo não sentia", afirma Marques, cofundador, CFO e diretor de RI da Mobly, ao NeoFeed, sobre a agenda intensa de reuniões com bancos, advogados, auditorias e investidores, cumprida nos meses seguintes.

O roteiro levou a Mobly ao Novo Mercado da B3. Em fevereiro, a companhia captou R\$ 812 milhões, sendo

R\$ 778 milhões em sua oferta primária. E com o caixa reforçado, Marques está assumindo um novo compromisso. "Vamos executar muitos projetos que estavam guardados na gaveta", diz.

A Mobly nasceu como um e-commerce de móveis e decoração e acrescentou os canais de marketplace e lojas físicas a esse modelo, que hoje conta com um catálogo de mais de 200 mil produtos.

Agora, a companhia quer estender ainda mais os limites da sua atuação. Em uma dessas iniciativas, a empresa prepara uma primeira incursão no exterior, ainda em 2021. O ponto de partida será os Estados Unidos e, na sequência, o objetivo é pisar no mercado europeu.

Nessa etapa inicial, a Mobly irá atuar como seller em marketplaces, um formato já adotado no mercado brasileiro e complementar aos seus canais próprios.



Neste preço, a Dasa está saindo a um múltiplo de 16,5x o EBITDA estimado para este ano (em números IFRS), um desconto substancial em relação aos 22x da Rede D'Or e aos cerca de 17x em que Hapvida e Intermédica negociam considerando as sinergias pós-fusão. (Hoje, os papéis ainda saem a cerca de 22x.)

Insatisfeita com o valuation, a família Bueno colocou R\$ 500 milhões na oferta para não ser diluída nos níveis atuais. "Eles quiseram demonstrar comprometimento de longo prazo e dizer que o fundamento é melhor do que o mercado aceita pagar nesse momento," disse uma fonte próxima à oferta.

O processo de alocação estava em curso no momento desta publicação, mas caminhava para investidores internacionais ficarem com 60% e os locais, com o saldo — com uma prevalência de fundos long-only nas duas demogra-

Ainda assim, o vento de proa enfrentado pela Dasa é um mau presságio para a Hospital Care e a Kora Saúde, duas redes hospitalares que estão no mercado com seus IPOs. O Hospital Care quer levantar R\$ 1,1 bilhão numa oferta primária e secundária; a Kora, uma rede capixaba com 10 hospitais e mil leitos, ainda não fez o segundo protocolo junto à CVM.

Agora, a Mater Dei enfrentará a D'Or em casa e em Salvador, onde os mineiros estão construindo um novo hospital e a Rede D'Or já tem Brazil Journal





08.04.21.indd 11 07/04/2021 19:49:48

Negócios

Mercado Livre vai contratar 16 mil pessoas até o fim do ano e dobrar de tamanho na América Latina



m um movimento para expandir ainda mais sua operação na América Latina após o crescimento expressivo registrado em 2020, o Mercado Livre anunciou nesta terça-feira, 6 de abril, a abertura de 16 mil vagas para dobrar de tamanho na região. Hoje, a empresa tem 15,5 mil funcionários.

O Brasil será o principal foco dessa expansão. Por aqui, serão 7.200 novas posições. Atualmente, a equipe da empresa tem 5 mil funcionários no País. Muitas das novas vagas serão focadas em logística. Das 16 mil, 11 mil estão na área.

"Crescemos muito em logística no ano passado. Então é natural que esse seja o grande objetivo no momento", afirma Patrícia Monteiro, diretora de pessoas para o Mercado Livre no Brasil, ao NeoFeed.

Outras 4 mil estão no setor de tecnologia, incluindo a área de desenvolvimento de soluções financeiras para o Mercado Pago, a fintech da empresa. As outras mil posições serão distribuídas em outras funções administrativas.

No México, a operação vai quase que quintuplicar de tamanho. Atualmente, são 1.022 funcionários, mas a empresa vai abrir 4.700 posições. Serão abertas ainda vagas na Argentina, Chile, Colômbia e Uruguai.

"Temos a oportunidade de aproveitar esse crescimento rápido para trazer ainda mais diversidade", afirma Patrícia. A executiva diz que a intenção é buscar mais mulheres, especialmente para as áreas de tecnologia, incentivar a contratação de pessoas com deficiência e buscar colaboradores LGBTQ+ e focar na diversidade étnico-racial.

O plano de dobrar de tamanho vem na esteira de outro anúncio feito no início de março com foco em investimentos. Em 2021, o Mercado Livre vai investir R\$ 10 bilhões no Brasil.

O montante é equivalente aos recursos alocados no País nos últimos quatro anos. Em 2017, a companhia anunciou o investimento de R\$ 1 bilhão e foi acrescentando R\$ 1 bilhão a mais em investimentos a cada ano até atingir R\$ 4 bilhões em 2020.

Neofee

Nubank, a "ameaça roxa", pode superar Banco do Brasil em 2023, diz relatório da XP

Nubank, que conta atualmente com 35 milhões de clientes, pode superar o Banco do Brasil em 2023, quando completará o seu 10º ano de vida, diz um relatório da XP, que chama a fintech criada por David Vélez de a "ameaça roxa".

De acordo com o relatório escrito pelos analistas Marcel Campos e Matheus Odaguil, o Nubank adicionou 13 milhões de clientes em 2020, o que o fez figurar entre os cinco maiores bancos brasileiros nessa métrica.

"À medida que o banco aumenta sua base de clientes em mais de 1 milhão de clientes por mês, o Nubank deve atingir o líder de mercado de 200 anos em seu décimo ano de vida", diz um trecho do relatório.

O Banco do Brasil é o líder nesse quesito, com 74 milhões de clientes. Em seguida aparecem Bradesco, Itaú e Santander. Mas a fintech é a primeira colocada em número de usuários ativos mensais de aplicativos, já conquistou uma participação de mercado de 5% no volume total de pagamentos (transações com cartões).

Quando se trata apenas do digital, o Nubank já é o player número 1, com 21 milhões de usuários ativos mensais. O segundo colocado, o Itaú, tem 11 milhões de usuários. Mas a fintech dona de uma cartão de crédito com a cor roxa, tem aumentado sua liderança, pois dobra o número de downloads em relação aos bancos incumbentes.

O relatório da XP também analisa o PIX como um proxy para pagamentos. E nesse item, o Nubank também lidera, com uma participação de 24% nas primeiras 34 milhões de chaves do sistema de pagamentos instantâneos do Banco Central.

Neofeed



Em 13 meses de vida, o app Clubhouse já pode bater em US\$ 4 bilhões



om pouco mais de um ano de vida, a rede social Clubhouse, criada em março de 2020, se tornou um dos maiores fenômenos dos últimos tempos. E, agora, o aplicativo discute abrir uma nova rodada de captação que pode fazer com que seu valor de mercado atinja US\$ 4 bilhões.

O valor é quatro vezes maior que a avaliação do app feita em janeiro deste ano, quando recebeu um aporte de US\$ 100 milhões liderado pela gestora de venture capital Andreessen Horowitz. A rede social já havia recebido US\$ 10 milhões da gestora, em maio do ano passado.

Os detalhes dessa próxi-

ma rodada não foram divulgados, mas, de acordo com a agência de notícias Bloomberg, está próxima de acontecer. O Clubhouse não se pronunciou sobre o assunto. O crescimento da rede, entretanto, é exponencial e pede mais capital para suportar o avanço e conter os concorrentes.

Em janeiro, quando a Andreessen Horowitz liderou o aporte de US\$ 100 milhões, o Clubhouse tinha cerca de 2 milhões de usuários. Pouco depois, em março, o aplicativo criado pelo engenheiro industrial Paul Davison e pelo cientista de computação Rohan Seth já contava com 10 milhões de usuários.

Por enquanto, ele está

disponível apenas para iOS, mas uma versão para Android será lançada em breve. Seu formato de conteúdo efêmero, em que a interação acontece apenas por voz, como uma rádio ao vivo, despertou o interesse de alguns dos maiores nomes do Vale do Silício.

O próprio Mark Zuckerberg, cofundador e CEO do Facebook, já participou de um bate-papo no app. Elon Musk, fundador da Tesla, também conversou com o CEO do app de investimentos Robinhood, Vlad Tenev, no Clubhouse. No Brasil, também virou uma febre com vários influencers e executivos dando seus "minutos de sabedoria" na rede.

Neofeed